



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

PROCESSO 14190/2019

PARECER 0498/2020-CF

ASSUNTO Representação

Ementa

Representação 13/17-CF. Possíveis irregularidades na SES concernente à ausência de licitação para a contratação de serviços de reproprocessamento de materiais médico hospitalares termossensíveis. Processo 9197/17, onde foi proferida a Decisão 2030/19 com diligência e audiência. Autuação do presente para tratar da audiência. ACE propõe diligência e penalidades. Diretor sugere outras medidas. MPCDF acolhe o proposto pelo ACE, parcialmente.

Versam os autos acerca da audiência determinada pela Decisão 2030/19, proferida no Processo 9197/17, autuado a partir da Representação 13/17-CF, que pontuou possíveis irregularidades na SES concernente à ausência de licitação para a contratação de serviços de reproprocessamento de materiais médico hospitalares termossensíveis.

2. A referida decisão foi proferida com o seguinte teor:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – tomar conhecimento: a) das manifestações da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF (peça 68), da empresa FBM Indústria Farmacêutica Ltda. (peça 67) e da empresa Esterilize Prestação de Serviços de Esterilização Ltda. (peças 103 a 105); b) do Ofício nº 810/2018-MPC/PG (peça 107) e dos documentos que o acompanham (peças 108 a 114); c) da Informação nº 47/2018 (peça 92) e do Relatório Final de Inspeção nº 2.2020.18 (peça 116);



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

II – no mérito, considerar parcialmente procedentes a Representação nº 13/2017-CF (peça 3) e aquela oferecida pela empresa Esterilize Prestação de Serviços de Esterilização Ltda. (peça 55);

III – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 30 dias: a) **dê tratamento prioritário para a abertura de novo procedimento licitatório regular visando corrigir as falhas apontadas no relatório do Relator, inclusive no que diz respeito à estimativa de quantitativos, antes que ocorram prorrogações ao Contrato nº 68/2018**; b) demonstre a vantajosidade técnica e econômica dos equipamentos a serem adquiridos por meio do PE nº 22/2018, tendo em vista os outros métodos de esterilização a frio, especialmente em relação à utilização do peróxido de hidrogênio, defendido no Processo nº 060.004.354/2013, bem como em relação ao óxido de etileno, utilizado nas contratações já ocorridas; c) **informar o andamento das adaptações físicas das unidades hospitalares de modo a receber os equipamentos a serem adquiridos pelo PE nº 22/2018, conforme tratado no Processo SEI nº 00060- 00032220/2017-35**;

IV – recomendar à SES que, doravante, em contratações de serviço de reprocessamento de materiais médico-hospitalares termossensíveis: a) ao optar pela modalidade pregão, estipule critérios de aceitabilidade de preços unitários, em utilização subsidiária do art. 40, X, da Lei nº 8.666/1993; b) busque aferir os preços de mercado de modo diverso da pesquisa com fornecedores, valendo-se das demais possibilidades previstas no art. 4º do Decreto nº 39.453/2018, tendo em vista a assimetria de informações propiciada pela concentração do mercado;

V – determinar a audiência dos seguintes responsáveis, para apresentação de razões de justificativa, no prazo de 30 (trinta) dias, em razão da possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 57, II, da Lei Complementar nº 1/1994: a) Marcelo Moreira Corgozinho (Matrícula 1672972-2), Tatiana Camila Castro e Souza (Matrícula 171469-4) e Josethe Rose da Silva Gonçalves (Matrícula 134.495-1), em face da inabilitação ilegal da empresa Esterilize no âmbito do PE nº 241/2017; b) Alessandra Aparecida Borges (matrícula 171.358-2) em razão do atesto da prestação de serviços referentes ao Contrato nº 69/2016 sem a apresentação



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

detalhada dos materiais termossensíveis reprocessados, bem como da habilitação da empresa CEBRAS, no âmbito da DL nº 61/2016, sem que tenha ficado demonstrado o saneamento das não conformidades identificadas antes da celebração do Contrato nº 69/2016, o que deu azo a falhas na execução do ajuste; c) Joseete Mendonça Mesquita dos Anjos (Diretora da Diretoria de Enfermagem) em razão da habilitação da empresa CEBRAS, no âmbito da DL nº 61/2016, sem que tenha ficado demonstrado o saneamento das não conformidades identificadas antes da celebração do Contrato nº 69/2016, bem como da indicação, como Executora Central do Contrato nº 69/2016, da mesma pessoa que havia autorizado a contratação da empresa CEBRAS;

VI – autorizar: a) a ciência desta decisão à SES/DF, aos responsáveis indicados no item V e às empresas FBM Indústria Farmacêutica Ltda. Esterilize Prestação de Serviços de Esterilização Ltda. e Centro de Esterilização do Brasil Ltda. – CEBRAS; b) o retorno dos autos à Unidade Técnica para fins de arquivamento. O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF.

3. Desta feita, preliminarmente, o Auditor de Controle Externo, mediante Informação 13/2020 – DIASP3, apresenta um esclarecimento:

4. Nesse sentido, temos que consignar que, muito embora possamos constatar que tenham sido adotadas como razões de decidir os termos convergentes do Relatório Final de Inspeção nº 2.2020.18 e do Parecer nº 203/2019 – CF, conforme se pode ver exarado no § 69 do voto condutor do Relator do feito (e-doc 048A9E57- c, Peça nº 3), mesmo não havendo divergência nesse sentido, **não foi adotada a Matriz de Responsabilização juntada aos autos (e-doc C33B0736-e, peça 115, Processo nº 9.197/2017), peça essa que não foi conhecida pelo Plenário desta Corte, a teor da Decisão nº 2.030/2019.**

5. No entanto, pode-se observar que foram extraídos alguns pressupostos constantes dessa Matriz, adotadas pela decisão plenária objeto desta fase processual, que, consequentemente, seguem embasadas no aludido Relatório Final de Inspeção nº 2.2020.18.

6. Decorrente disso, outrossim, pela respectiva Matriz de Responsabilização citada; por esse motivo, não podemos deixar



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

de nos guiar pelos fundamentos depositados para esse fim, diante do trabalho desenvolvido pela Unidade Técnica, resultando nessas duas peças.

4. Ato contínuo, passa a tratar das defesas de forma pontual.
5. Inicia especificando os defendentes, a irregularidade, o período da responsabilização, a conduta e o nexo causal:

I. Razões de Justificativa dos Srs. Marcelo Moreira Corgozinho (Matrícula 1672972-2), Tatiana Camila Castro e Souza (Matrícula 171469-4) e Josethe Rose da Silva Gonçalves (Matrícula 134.495-1), em face da inabilitação ilegal da empresa Esterilize no âmbito do PE nº 241/2017.

a. Fundamentos

Irregularidade: Inabilitação ilegal da empresa Esterilize, no âmbito do PE nº 241/2017.

Data (ou período) de ocorrência do fato: 17/05 a 09/10/2017.

Período de Responsabilidade: 17/05 a 09/10/2017.

Conduta: Parecer da DIENF inabilitou a empresa Esterilize, apesar de o item objeto da inabilitação (11.4, II, "c.1") contrariar o disposto no § 5º do art. 30 da Lei nº 8.666/93 e criar restrição não prevista nos normativos que fundamentaram a exigência.

Nexo de Causalidade: Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência do PE nº 241/2017 e pelo Parecer de fls. 583/585 do Proc. 060.004.442/2017.

6. Em seguida, destaca que os defendentes apresentaram síntese da evolução dos pareceres técnicos relacionados ao Pregão Eletrônico 241/2017, em alusão ao Processo 0060.001286/2017:
 - Aprovação da Empresa Esterilize Prestação de Serviços de Esterilização;
 - Recursos interpostos pelas empresas F.B.M Indústria Farmacêutica e CEBRAS - Centro de Esterilização do Brasil Indústria e Comercio;
 - Inabilitação da Empresa Esterilize Prestação de Serviços de Esterilização; e
 - Aprovação da empresa F.B.M Indústria Farmacêutica.
7. Acrescenta que apresentaram uma cronologia de fatos:



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

- 09/10/2017, parecer da lavra das Senhoras Tatiana Camila Castro e Souza, Maria Amélia Neri Fraga e Josethe Rose da Silva Gonçalves aprovando a empresa Esterilize Prestação de Serviços de Esterilização nº PE 241/2017, em virtude de saneamento das diligências solicitadas e atendimento das exigências contidas no Termo de Referência;
- 24/10/2017, parecer das enfermeiras Tatiana Camila Castro e Souza, Maria Amélia Neri Fraga e Josethe Rose da Silva Gonçalves apresentando resposta aos recursos interpostos pelas empresas F.B.M Indústria Farmacêutica LTDA (fls. 621/625) e pela CEBRAS — Centro de Esterilização do Brasil Indústria e Comércio (fls. 654/660) com as contrarrazões interpostas pela empresa Esterilize Prestação de Serviços de Esterilização LTDA, declarada vencedora do certame (fls. 664/666);
- 14/11/2017, parecer dos enfermeiros Marcelo Moreira Corgozinho e Maria Amélia Neri Fraga iniciou a análise da proposta de preços ofertada pela próxima concorrente, com diligência a Empresa F.B.M Indústria Farmacêutica (fls. 703-704, no sentido de apresentar proposta de preços por item, sem rasuras, proposta de preços datada e proposta de preços referente ao Pregão Eletrônico 241/2017;
- 16/11/2017, parecer dos enfermeiros Marcelo Moreira Corgozinho e Maria Amélia Neri Fraga aprovando a proposta de preços da empresa F.B.M Indústria Farmacêutica, em virtude de pronunciamento técnico a respeito dos valores praticados no mercado pela licitante classificada em segundo lugar - FBM INDUSTRIA FARMACÊUTICA LTDA, no importe de R\$ 1.683.559,80, tendo o valor total geral por preço por lote único alcançado R\$ 2.726.291,28, obtido em fase de pesquisa mercadológica, realizada pela Gerência de Pesquisa de Preços acostado as fls. 85 a 87, utilizando-se o MENOR VALOR dentre a MÉDIA e a MEDIANA de cada um, em consonância com Decreto nº 36.220 de 30 de Dezembro de 2014;
- 23/11/2017, parecer dos enfermeiros Marcelo Moreira Corgozinho e Maria Amélia Neri Fraga diligenciando a Empresa F.B.M Indústria Farmacêutica, no sentido de apresentação de documentos que atendam as referidas pendências: 1. Apresentar o registro da autoclave PME-EST-



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

- SES-AUT03 - fabricação F.B.M.; 2. Apresentar formalmente em documento a descrição do laboratório credenciado que realizou os testes de esterilidade residual; e 3. Declaração que garanta a continuidade do serviço de controle de qualidade de processos da esterilização por Óxido de Etileno comprovados por laboratórios credenciados pela ANVISA/MS;
- 04/12/2017, parecer dos enfermeiros Marcelo Moreira Corgozinho, Maria Amelia Neri Fraga e Josethe Rose da Silva Goncalves aprova a documentação da empresa F.B.M Indústria Farmacêutica, embasada em documentação referente ao registro da autoclave PME-EST-SES-AUT03, em que a empresa informou em chat junto a pregoeira (fl. 1456) que a autoclave 03 é, também, da marca SERCON e foi instalada pela empresa FBM, retificando o documento apresentado a fl. 1009 em que descreve que o equipamento foi fabricado pela mesma empresa, segundo o registro nº 10259750010 SERCON COM. AP. MED. HOSP. LTDA (fl.1455); no que tange ao laboratório credenciado que realizou os testes de esterilidade residual, foi apresentado o laboratório CONTROLE ANALÍTICO ANÁLISES TÉCNICAS LTDA (fl. 1450); frente a garantia da continuidade do serviço de controle de qualidade de processos da esterilização por Óxido de Etileno, foi apresentado o CMLAB - LABORATORIO DE METROLOGIA DA COMPETEC, que emite relatório de qualificação e desempenho, bem como certificado de calibração dos equipamentos - datado em 09/10/2017 (fl. 1428-1446).

8. Destaca que o fato de 24/10/2017 mereceu um maior destaque, por tratar mais especificamente da matéria arrolada, sobre os **recursos interpostos pelas empresas F.B.M Indústria Farmacêutica LTDA. e CEBRAS** — Centro de Esterilização do Brasil Indústria e Comércio com quatro questões abordadas:

“1 - A empresa recorrida¹ e sagrada vencedora do certame não teria apresentado acervo técnico de profissionais do quadro permanente, detentores de capacidade técnica do profissional que acompanha todo o processo de esterilização (art. 30, Lei 8666) (item 11 .4, II do edital);

¹ Empresa Esterilize Prestação de Serviços de Esterilização LTDA



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

2 - A empresa recorrida e sagrada vencedora do certame não teria apresentado teste residual referente aos Indicadores de Qualidade de processos comprovados por laboratórios credenciados pela ANVISA/MS nos últimos seis meses: Teste de Endotoxina, Teste de Agente Pirogênico, Teste de Esterilidade e Residual, bem como garantia a continuidade do controle durante toda a vigência do contrato, de acordo com a RE 2.606, 11 de agosto de 2006 e a Portaria Interministerial nº 482, 16 de abril de 1999 (item 11.4, II, ci" do edital);

3 - A empresa recorrida e sagrada vencedora do certame teria apresentado documentos conflitantes, referentes ao controle de qualidade de água e o disposto pelo item 11.4, II, "b" (apresentar listagem dos equipamentos utilizados pela proponente com seus respectivos registros no Ministério da Saúde de acordo com a legislação vigente) e o disposto pelo item 11.4, II, "f" (apresentar o programa de manutenção dos equipamentos conforme a RDC 15 no 15, art. 26); e

4 - A empresa recorrida e sagrada vencedora do certame não teria apresentado, no que tange a validação da qualificação de desempenho do processamento de produtos para saúde submetidos a esterilização, a carga de maior desafio com o teste de indicador biológico (desafio microbiológico) e não citou os produtos para a saúde submetidos a esterilização com carga maior para desafio, ou seja, não realizou o teste desafio microbiológico, contrariando o disposto no item 11.4, "g" do edital (apresentar a validação da qualificação de desempenho do processamento de produtos para saúde submetidos a esterilização, conforme RDC 15 nº 15, de 15 de março de 2012)".

9. Transcreve o que foi apresentado quando examinado os recursos:

"Item 1: A Lei 8666/1990 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. § 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do 'caput' deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

- capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos (...).

A empresa recorrida e sagrada vencedora do certame apresentou a seguinte documentação e conforme parecer técnico a fl.583: A) Inscrição na entidade profissional competente e Certidão de Responsabilidade Técnica: apresentado a fl. 422 Certidão de Responsabilidade Técnica emitida pelo Conselho Regional de Enfermagem do DF/COREN-DF (Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal) em nome da Enfermeira Suely Figueiredo Santana Martins, nº de inscrição da entidade profissional competente (COREN/DF) de nº 480696-ENF, conferindo a essa profissional a responsabilidade Técnica pelas respectivas atividades de enfermagem na empresa Esterilize Prestação de Serviços de Esterilização LTDA. B) Termo de Responsabilidade Técnica (Lei 8666/90, art.30, II: apresentado a fl.. 421. Nesse documento a Enfermeira Suely Figueiredo Santana Martins compromete-se, como profissional legalmente habilitada para a Responsabilidade Técnica que assumiu, fazendo cumprir as disposições legais regulamentadoras de sua



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

área de atuação e as demais normas específicas do âmbito profissional e da legislação sanitária vigente. C) Atestados de Capacidade Técnica e Declaração de Acervo Técnico: apresentados as fis. 413 a 415 e 578, respectivamente, atestando a capacidade operacional da empresa Esterilize Prestação de Serviços de Esterilização LTDA por empresas contratantes de serviços prestados por esta empresa, ficando demonstrado que a Enfermeira Suely Figueiredo Santana Martins-6 a responsável técnica pela execução dos serviços.

A empresa recorrente alega que a empresa recorrida "(...) somente citou que a empresa trabalha com profissionais capacitados e nenhum momento apresentou de fato o acervo técnico exceto da sua responsável técnica (...)"

Cabe salientar, que de acordo com a Lei 8666/1990, art. 30, § 12, I, no caso das licitações pertinentes a serviços a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível quanto a pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes.

A Lei 8666/1990 é taxativa, em seu art. 30, § I, I, ao colocar que o licitante deve possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes. Dessa forma, a empresa recorrida e sagrada vencedora do certame apresentou as documentações (citadas nos parágrafos acima), conforme figura a Lei 8666/1990, art. 30.

Item 2: A empresa recorrida apresentou comprovante de testes de Análise Residual, como uma das formas de Controle de Qualidade às folhas 436, 437, 438, 439, 440 verso, 441 verso, 442 verso, 444, 445, 446, 447, 448 verso e 449 verso, perfazendo 13 Análises. **Salientamos que essas análises foram apresentadas nas mesmas folhas que a empresa apresentou os Testes de Endotoxina Bacteriana, que foram realizados pelo Laboratório Controlbio (laboratório credenciado pela ANVISA/MS). Dessa forma, após reanálise dos testes**



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

residuais colocados pela empresa Esterilize, de forma desordenada, desorganizada e mesclada com os Testes de Endotoxina, fato esse que induziu ao parecer técnico errôneo, essa área técnica defere o recurso quanto a esse item, pois observamos que foram apresentadas 13 Análises Residuais realizadas pela própria empresa (analista: Suely Martins e Logomarca: Esterilize) e não por laboratório credenciado, como solicitado no item 11.4, II, "c", "c1" do edital.

Item 3: Quanto à Regularização de Produtos para a Saúde junto a ANVISA, esta Autarquia publicou uma lista de Produtos Não Regulados pela ANVISA. Esta Lista é dividida em Categorias. Na Categoria 2 (Produtos para Apoio de Atividade Laboratorial Geral) - item 17, a ANVISA estipula as Autoclaves como Produtos Não Regulados pela ANVISA, EXCETO Autoclave para esterilização de produtos médicos. Nesse sentido, as autoclaves utilizadas pela proponente, para prestação de serviço de esterilização de produtos médico hospitalares pelo método de Oxido de Etileno para a Secretaria de Saúde do DF, DEVEM apresentar REGISTRO junto a ANVISA/MS. Cabe salientar que a avaliação do mérito do registro dos equipamentos utilizados pela proponente com seus respectivos registros no Ministério da Saúde será no momento da contratação da empresa, conforme Decisão 102/2016 do TCDF.

Em relação ao programa de manutenção dos equipamentos, a empresa recorrida apresentou POP de Manutenção Preventiva a fl. 490. Registramos, ainda, que a ROC nº 40 de 26/08/2015 possui o objetivo de definir os requisitos do regime de cadastro para o controle sanitário dos produtos médicos dispensados de registro na forma do § 10 do art. 25 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976. Esta Lei dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos. Ou seja, a RDC no 40 de 26/08/2015 não trata de Autoclave para esterilização de produtos médicos, inclusive por Oxido de Etileno.

Lei 6360/76: 'Art. 25 - Os aparelhos, instrumentos e acessórios usados em medicina, odontologia e atividades afins, bem como nas de educação física, embelezamento ou correção estética, somente poderão ser fabricados, ou importados, para entrega ao



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

consumo e exposição a venda, depois que o Ministério da Saúde se pronunciar sobre a obrigatoriedade ou não do registro. § 10 - Estarão dispensados do registro os aparelhos, instrumentos ou acessórios de que trata este artigo, que figurem em relações para tal fim elaboradas pelo Ministério da Saúde, ficando, porém, sujeitos, para os demais efeitos desta Lei e de seu Regulamento, a regime de vigilância sanitária (...)'.

Item 4: O teste de desafio Microbiológico tem como objetivo final determinar a resistência de um produto ou material contaminação microbiana, refletindo diretamente a eficácia da esterilização. O Relatório da Validação da qualificação de desempenho do processamento de produtos para a saúde submetidos a esterilização foi apresentado as fls. 492 a 522. Na introdução do relatório é informado que para cada Autoclave (que são duas) foram realizados 4 (quatro) ciclos, 1(um) ciclo com câmara vazia e 3 (três) ciclos com carga, sendo 1/4 da carga no primeiro ciclo, 1/2 da carga do segundo ciclo e carga completa no terceiro ciclo. Também foi apresentado o protocolo de Reprocessamento de Artigos Médico-Hospitalares as fls. 523 a 530. Especialmente a fl. 527 é evidenciado os controles dos processos de esterilização (controles químicos, físicos e biológicos). Dessa forma, a recorrida atendeu a exigência solicitada no item 11.4, II, 'g'. Informamos ainda, que não compete a esta área técnica avaliação dos seguintes documentos: Contrato Social, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, Certidão Positiva com Efeitos de negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo a Habilitação, Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Balanço Patrimonial e Certidão para Licitação Pública. Parecer Técnico Conclusivo: De acordo com o princípio da autotutela, a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos, tendo a possibilidade de anular os ilegais e de revogar os inoportunos. Isso ocorre porque a Administração está vinculada a lei, podendo exercer o controle da legalidade de seus atos. Dessa forma essa Diretoria de Enfermagem revê seus atos no que concerne o item 11.4, II, 'c', c1" do edital: a empresa ESTERILIZE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO LTDA apresentou Análises Residuais realizadas pela própria empresa e não por laboratório credenciado evidenciado a fl. 434 verso, conforme exigências



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

editais. Diante do exposto, essa /Diretoria de Enfermagem acata PARCIALMENTE os recursos administrativos interpostos pelas empresas FBM e CEBRAS e **declara a empresa Esterilize inabilitada para o certame**. Solicitamos a Senhora Pregoeira prosseguimento ao processo licitatório para contratação por SRP de serviço de reprocessamento de materiais médico-hospitalares termossensíveis, convocando a próxima empresa colocada”.

10. Ainda sobre essas defesas, resume como foi finalizada:

12. Diante dessas colocações, concluíram que se deveria observar que os pareceres técnicos foram realizados por vários profissionais da Diretoria de Enfermagem (DIENF), demonstrando integração da equipe no sentido de fortalecer a análise dos documentos, evitando possíveis erros/falhas relacionadas ao processo de trabalho.

13. Aduziram que, pela análise do recurso interposto pelas empresas F.B.M e CEBRAS, observou-se a necessidade de revisão do parecer técnico relacionado ao comprovante de testes de análise residual do agente esterilizante, como uma das formas de controle de qualidade do processo de esterilização, previsto no item 11.4, II, "c", "c1" do edital, em observância à Portaria Interministerial nº 482, de 16 de abril de 1999, como requisitos de segurança para o paciente que irá utilizar os materiais reprocessados, e pelos profissionais da saúde que manipularão os materiais durante o cuidado dispensado aos usuários da Rede SES/DF.

14. Reprisaram que a Empresa Esterilize apresentou os testes de Endotoxina Bacteriana (realizados pelo Laboratório Controlbio - credenciado pela ANVISA/MS), mesclados juntamente com os testes residuais do óxido de etileno (testes que não foram realizados por laboratório credenciado, bem como foram atestados apenas por profissional da própria empresa Esterilize).

15. Dessa forma, após reanálise dos testes residuais colocados pela empresa Esterilize de forma desordenada, desorganizada e mesclada com os Testes de Endotoxina, a Diretoria de Enfermagem (DIENF) revisou o parecer técnico desclassificando a Empresa Esterilize Prestação de Serviços de Esterilização.

16. Por fim, ressaltaram que foi garantida a apresentação das contrarrazões à empresa Esterilize Prestação de Serviços de



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

Esterilização (fls. 664/666).

11. Após esse resumo das alegações, faz a seguinte análise:

17. As colocações dos manifestantes dizem respeito aos processos que envolvem o método de esterilização por óxido de etileno, aos trâmites percorridos pelas avaliações decorrentes da sua utilização, embasados em pareceres técnicos emitidos, bem como ao fundamento legal para a inserção de dispositivo considerado manifestamente contrário à legislação de regência.

18. Essa última parte, trata-se do ponto crucial para nossa análise.

19. Vejamos que **não é objeto de controvérsia o método empregado propriamente dito ou sua avaliação, mas sim os motivos que levaram a sua adoção como critério para seleção de licitantes**, tido como contrário aos termos do § 5º do art. 30 da Lei nº 8.666/93, visto criar restrição não prevista nos normativos que fundamentaram a exigência do item objeto da inabilitação, conforme disposição editalícia contida no item 11.4, II, “c.1”.

20. Se buscarmos resposta efetiva a essa questão, observaremos que **a exposição dos justificantes fundamenta-se mediante legislação contida na Portaria Interministerial nº 482, de 16/04/1999**, motivada por recurso interposto pelas empresas F.B.M e CEBRAS, em função de se ter procedido à revisão do parecer técnico relacionado ao comprovante de testes de análise residual do agente esterilizante.

21. Teste esse denominado Endotoxina Bacteriana, que teria prejudicado a empresa Esterilize por ter sido feito por ela própria e não por laboratório credenciado, motivo de sua desclassificação.

22. **Ocorre que justificar a adoção dessa sistemática em função da citada Portaria Interministerial nº 482/1999 revela argumento frágil, tendo em vista não haver menção expressa desse teste nesse normativo**, nem tampouco, pelo menos, o dispositivo desse normativo que serviu de base para sua implantação, nem experiências similares ocorridas em outras organizações para respaldar a utilização desse meio.

23. Questão decorrente mesmo da desclassificação da empresa relaciona-se também com os motivos que cessaram sua participação, no sentido de ter decorrido em função de ela própria



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

ter sido a executora do teste, inibindo sua participação no certame.

24. Ou seja, estamos diante de motivação calcada em normativo de aplicabilidade relativa diante da imprecisão em declinar dispositivos de regência específicos, bem como, decorrente de sua adoção, impedindo ou inibindo participação do certame, reforçando a tese da violação da exigência de comprovação de atividade.

25. Em assim sendo, não podemos acatar que as colocações desses justificantes possam governar a adoção de meio que serviu de fundamento para desclassificar participante de certame.

26. **Desse modo, consideramos as razões de justificativa improcedentes.**

12. Passa-se, então, para a segunda defesa, assim detalhada:

II. Razões de Justificativa da Sra. Alessandra Aparecida Borges (matrícula 171.358-2) em razão do atesto da prestação de serviços referentes ao Contrato nº 69/2016 sem a apresentação detalhada dos materiais termossensíveis reprocessados, bem como da habilitação da empresa CEBRAS, no âmbito da DL nº 61/2016, sem que tenha ficado demonstrado o saneamento das não conformidades identificadas antes da celebração do Contrato nº 69/2016, o que deu azo a falhas na execução do ajuste.

a. Fundamentos

i. Primeira parte:

Irregularidade: Atesto da prestação de serviços referentes ao Contrato nº 69/2016, sem a apresentação detalhada dos materiais termossensíveis reprocessados.

Data (ou período) de ocorrência do fato: 24/08/2016 a 24/02/2017.

Período de Responsabilidade: 24/08/2016 a 24/02/2017.

Conduta: Descumprimento do art. 61, parágrafo único, inciso III do Decreto nº 32.598/2010, reiterado pela Decisão TCDF nº 1696/2014.

Nexo de Causalidade: Executora Central do Contrato nº 69/2016.

ii. Segunda parte:

Irregularidade: Habilitação da empresa CEBRAS, no âmbito da



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

DL nº 61/2016, sem que tenha ficado demonstrado o cumprimento das "não conformidades" identificadas antes da celebração do Contrato nº 69/2016.

Data (ou período) de ocorrência do fato: agosto de 2016.

Período de Responsabilidade: agosto de 2016.

Conduta: Manifestou-se favorável à contratação (fls. 1717/1720 do Processo nº 060.001.323/2016), mesmo sem demonstrar que as "não conformidades" observadas em Visita Técnica anterior foram cumpridas.

Nexo de Causalidade: Além de ter sido a responsável pelo Parecer que se manifestou favorável à contratação, também foi a Executora Central do ajuste.

13. Aponta que o início da defesa abordou o exercício na Gerência de Enfermagem da Administração Central da SES no período de abril de 2016 a junho de 2017, que seria a referência central na Diretoria de Enfermagem para as tratativas relativas ao funcionamento e operacionalização das Centrais de Materiais e Esterilização – CME, quando foi **nomeada executora central do Contrato 69/2016**.

14. Em seguida, relata que tratou da dinâmica para se chegar à dispensa de licitação:

29. Destacou a complexidade das aquisições, não sendo sem motivo que, em meados de abril de 2016, o Processo Regular nº 0060.012.623/2012, autuado em 08 de agosto de 2012, para a contratação dos serviços de reprocessamento de materiais médico-hospitalares termossensíveis para atender as necessidades da SES/DF, não havia sido concluído, agregando-se a isso o fato da extinção do então contrato para esses fins em fevereiro de 2016, implicando interrupção no atendimento, oportunidade de se ter cogitado a contratação por dispensa de licitação como alternativa viável para a garantia da prestação do serviço, em caráter emergencial.

30. Registrou que a **empresa FBM, antiga contratada da SES/DF para prestação dos serviços para essa rede, algumas semanas após a confirmação do resultado do novo processo, abandonou esse vínculo que possuía, resultando em quantitativo expressivo de materiais contaminados estocados nas CMEs dos diversos hospitais da rede, embora não houvesse histórico de suspensão de**



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

procedimentos/cirurgias e atendimentos relacionados à demanda reprimida dos materiais reprocessados.

31. Decorrente disso, observou-se notório impacto direto na gestão e organização dos fluxos para a prestação de serviços inicialmente previstos pela nova contratada, **a empresa Centro de Esterilização do Brasil Ind. e Com. de Produtos LTDA. - CEBRAS, que iniciou efetivamente suas atividades em 24 de agosto de 2016.**

32. Quanto à **habilitação da empresa CEBRAS por meio da Dispensa de Licitação nº 61/2019, sem demonstração das não conformidades** identificadas antes da celebração do contrato, esclareceu que, uma vez que a SES se utilizava de métodos esterilizantes diferentes daqueles associados a alta temperatura apenas, fez-se necessária a contratação de serviços que abrangessem recolhimento, limpeza automatizada e manual, inspeção, preparo, empacotamento e acondicionamento adequado, esterilização e devolução de produtos para saúde (semicríticos e críticos), preservando sua composição, segurança e qualidade.

33. Assim, como meio de comprovação desses pressupostos relacionados, **equipe da SES realizou visita em unidade localizada em Goiânia** para avaliação desses processos, valendo-se para tanto do Formulário de Visita Técnica, baseado na Portaria Interministerial nº 482, de 16/04/99, NR-32 e RDC nº 15, de 15 de março de 2012, nos seguintes termos:

"A CONTRATANTE realizará visita técnica com equipe multiprofissional designada pela mesma para avaliação dos serviços de processamento de produtos para a saúde mediante aplicação do Roteiro de Inspeção da ANVISA/MS e SES-DF (Comitê de Reuso da SES-DF, GERIS/DIVISA/SVS, Engenharia Clínica/DECEM/SULIS, Vigilância Sanitária, Gerência de Enfermagem/SAS e demais profissionais que a CONTRATANTE julgar necessário), e elaborar relatório de avaliação dos serviços."

34. Dessa visita, resultou o PARECER TÉCNICO para a Dispensa de Licitação nº 61/2016, elaborado em 15 de junho de 2016, de seguinte teor:

"A empresa CEBRAS - Centro de Esterilização do Brasil Ind. e Com. De Produtos LTDA apresentou proposta global mais vantajosa para a instituição, em primeiro menor preço para a prestação de serviços de reprocessamento de materiais



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

termossensíveis pelo método óxido de etileno-ETO.

Considerando a relevância do serviço e por se tratar de uma empresa - CEBRAS, até então desconhecida pela equipe técnica da SES/DF como prestadora do referido serviço, a GENF/SAIS, viabilizou visita técnica às instalações da cita (sic) empresa na cidade de Goiânia,

Participaram da visita técnica enfermeiros das centrais de material e esterilização de quatro hospitais da rede/SES, 1 (um) representante da Gerência de Enfermagem da Administração Central e 1 (um) representante da Gerência de Risco em Serviços de Saúde - GRSS/DIVISASVS.

Assim, após a análise da proposta das exigências contidas no projeto básico e ainda considerando as constatações realizada in loco, somos de parecer favorável em classificar tecnicamente a empresa CEBRAS, por entender que os pontos identificados pela equipe na visita técnica em 'não conformidades' poderão entrar em conformidade tão logo seja iniciada a execução do contrato com início da prestação do serviço."

35. Aduziu que, **em que pesem as informações constantes do Parecer Técnico, que fazem menção às inconsistências apresentadas pela empresa CEBRAS durante a visita, a própria empresa em questão apontou soluções e medidas em andamento para adequação ao pleito**, rememorando que a visita fora realizada previamente à assinatura do contrato para avaliação dos serviços de processamento, no intuito de avaliar critérios de estrutura, segurança ocupacional, transporte, condições de regulação, controles de esterilização e validação dos processos, buscando-se com essa atividade não incorrer em interrupção da prestação do serviço, pelo decurso temporal até a conclusão do processo.

36. Ao dispor a respeito do tema "Não foram observadas as exigências técnicas do projeto básico", consignou que quanto ao questionamento da documentação, esta foi apresentada apenas na celebração do contrato/ata (Decisão nº 2.731/2015 TCDF), conforme previsto em Edital: Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Licença Sanitária, emitida pela Secretaria de Vigilância Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal para funcionamento da Empresa; mencionou, ainda, os termos do Parecer nº 1.075/2017-CF, §§ 158/184.



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

37. Ao abordar o atesto da prestação de serviços referentes ao Contrato nº 69/2019, depois de relacionar procedimentos inerentes a essa atividade, ressaltou aspecto no sentido de que havia conferência das notas fiscais em cada hospital, depois, elaborava-se relatório circunstanciado, validado pelos executores locais, para envio à executora central, aqui justificante, que procedia à revisão dos mesmos, culminando no encaminhamento com vistas à liquidação e ao pagamento das despesas.

38. Nesse sentido, consignou que:

“Devido o quantitativo exorbitante de notas detalhadas essas não eram acostadas ao processo, sendo acostado aos autos do processo físico a nota compilada de todas as unidades demandantes com a assinatura no verso de cada servidor nomeado no DODF para conferência final e assinatura do executor central”.

39. Enfatizou, ainda, que “A via das notas fiscais pertencente detalhadas permanece arquivadas nas unidades demandantes na responsabilidade do servidor nomeado no DODF” e que “Somente então a executora central do contrato depositava essa nota compilada no processo para pagamento”, concluindo que “foi realizada digitalização de todas as notas fiscais referentes a prestação do serviço do período de setembro/2016 a fevereiro de 2017 (ANEXO II - Notas Fiscais Detalhadas referentes ao período de setembro/2016 a fevereiro de 2017) ”.

40. Concluiu que:

“não pode ser responsabilizada pelo atesto na prestação dos serviços referente ao Contrato nº 69/2016, primeiramente, porque não houve fiscalização direta de sua parte relativamente aos atos praticados pelos terceiros encarregados pelo acompanhamento local da execução dos contratos, mesmo porque seria absolutamente impossível que fiscalizasse in loco e em tempo real, como representante central do serviço de esterilização das 16 (dezesesseis) unidades da SES/DF (HAB, HBDF, UMSS, HRBZ, HRSAM, HMIB, HRGu, HRT, HRAN, HRC, HRG, HRS, HRPL, HRSM, HRL e SAMU).”

15. Sobre essa defesa, analisa primeiro a questão do atesto de serviços:

42. Com relação a esse segmento, chama-nos atenção



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

praticamente a confirmação do que fora assentado para a irregularidade, no sentido de não apresentar de forma detalhada a relação dos materiais termossensíveis reprocessados.

43. A manifestação demonstra hesitação quando, primeiramente, informa que procedia à revisão dos termos prolatados pelos executores locais, no entanto, devido ao volume das notas fiscais em cada hospital, limitava-se a acatar o relatório circunstanciado expedido pelos mesmos, sem adentrar aos termos dessa conferência, deixando de firmar entendimento que aquilo que era remetido à liquidação e ao pagamento gozavam do pressuposto de corresponderem efetivamente às variáveis reveladoras da adequada execução contratual, demonstrando insegurança quanto aos procedimentos próprios de fiscalização do ajuste.

44. Corrobore-se a isso afirmação no sentido de afastar sua responsabilidade em função de não ter fiscalizado diretamente atos praticados pelos terceiros encarregados pelo acompanhamento local da execução dos contratos, acrescentando que seria absolutamente impossível que fiscalizasse in loco e em tempo real, como representante central do serviço de esterilização das 16 (dezesesseis) unidades da SES/DF. Assertiva que merece total descontentamento da atribuição exercida pela então executora.

45. **Essas considerações denotam, no mínimo, omissão e falta de zelo no seu dever de fiscalizar**, pois estava revestida da condição não somente de fiscalizar, mas mesmo de interromper o processo de realização da despesa, impedindo, previamente, sua liquidação, não devendo alcançar por isso sequer o pagamento.

46. Ademais, no que diz respeito a sua responsabilidade, concernente à fiscalização do ajuste, a justificante exerceu a atividade de executora central do contrato, tendo o poder-dever de cumprir essas atribuições dentro dos exatos termos previstos para a matéria, conforme mencionado para a espécie, esposada nos termos do art. 61, parágrafo único, inciso III do Decreto nº 32.598/2010, reiterado pela Decisão TCDF nº 1696/2014, sem submissão hierárquica que pudesse compeli-la a não cumprir essa tarefa na sua integralidade, não podendo direcionar a terceiros ou a fatos eventuais impedimentos desse exercício.

47. Tal atividade está circunscrita exclusivamente à pessoa da então executora, aqui justificante.



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

48. Diante desses assentamentos, restam-nos incertezas quanto ao cumprimento da liquidação da despesa como um todo.

49. É preciso que a SES promova a circularização de toda a despesa apropriada ao Contrato nº 69/2016, de modo a elucidarmos a sua regularidade, sob pena da incerteza da lisura dos procedimentos legais envolvidos nesse quesito.

50. Em razão desses pressupostos, consideramos improcedentes as razões de justificativa lançadas para o quesito aqui tratado a par da necessidade de determinar à SES que promova a circularização das notas fiscais que deram suporte à liquidação da despesa do Contrato nº 69/2016, de modo a afastarmos eventuais incertezas quanto à lisura dos procedimentos legais envolvidos no processamento da despesa.

16. Já com relação à habilitação da empresa CEBRAS, no âmbito da DL 61/2016, sem que tenha ficado demonstrado o cumprimento das "não conformidades" identificadas antes da celebração do Contrato 69/2016, inicia esclarecendo que houve referência a parecer técnico, elaborado pela mesma defendente, antes da dispensa de licitação "no sentido de ser 'favorável em classificar tecnicamente a empresa CEBRAS, por entender que os pontos identificados pela equipe na visita técnica em 'não-conformidades' poderão entrar em conformidade tão logo seja iniciada a execução do contrato com início da prestação do serviço'".

17. Eis as ponderações a respeito:

53. Temos que considerar que apesar de ter firmado tal propositura de que poderia ser feito reparo na execução contratual, validando a classificação da empresa CEBRAS, isso extrapolava sua competência no sentido de dar validade a esse entendimento.

54. Sua atuação se circunscrevia até a lavratura desse termo, mas, quanto à eficácia daquilo que se assentou, é indiscutível que estava fora de sua alçada.

55. Há que se notar que, de toda forma, **fora informada a existência de não-conformidades, sendo notória e clara a informação.**

56. O juízo para reparo da não-conformidade no decorrer da prestação contratual, não somente quanto ao aspecto técnico envolvido, mas mesmo ao legal, com repercussões diretas na classificação do proponente, sobrepunha qualquer entendimento



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

que se pudesse acatar nesta fase com o advento do parecer emitido. Não deveria ser matéria abarcada para a oportunidade.

57. De posse desses pressupostos, **cabiam aos superiores a avaliação da informação e não a tomar como mandamento, a começar com avaliação da Diretoria de Enfermagem.**

58. Não iremos proferir análise quanto ao que se deveria ter promovido com essas informações, em virtude da necessidade de se ouvir o então imediato da então consulente, aqui justificante, no próximo tópico, visto que autorizara a contratação da empresa CEBRAS.

59. No entanto, podemos tomar que esta justificante, mesmo tendo proferido entendimento que não caberia na oportunidade, não tinha competência regimental para fazer valer esse posicionamento, que àquela altura revelava-se precário quanto ao juízo de se reparar descumprimento experimental durante a execução contratual.

60. Tal procedimento estava desprovido das atribuições de relevar falha capaz de comprometer a continuidade da participação da empresa CEBRAS, não sendo de compulsória eficácia seu posicionamento.

61. Assim, **não se poderia acatar suas razões de justificativa pelos termos depositados.**

62. Sobressai, no entanto, que a eficácia dos termos contidos nos fundamentos do chamado estaria na alçada de seus superiores hierárquicos, em função do parecer técnico, relativamente à condição futura incompatível para prosseguimento da empresa no certame, devido à ausência de preenchimento de questão técnico-formal.

63. **Desse modo, consideramos suas razões de justificativa procedentes para esta segunda parte.**

18. No que se refere à última defendente, esclarece:

III. Razões de Justificativa da Sra. Joseete Mendonça Mesquita dos Anjos (Diretora da Diretoria de Enfermagem) em razão da habilitação da empresa CEBRAS, no âmbito da DL nº 61/2016, sem que tenha ficado demonstrado o saneamento das não conformidades identificadas antes da celebração do Contrato nº 69/2016, bem como da indicação, como Executora Central do Contrato nº 69/2016, da mesma pessoa que havia autorizado a contratação da empresa



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

CEBRAS.

a. Fundamentos

i. Primeira Parte

Irregularidade: Habilitação da empresa CEBRAS, no âmbito da DL nº 61/2016, sem que tenha ficado demonstrado o cumprimento das "não conformidades" identificadas antes da celebração do Contrato nº 69/2016.

Data (ou período) de ocorrência do fato: agosto de 2016.

Período de Responsabilidade: agosto de 2016.

Conduta: Manifestou-se favorável à contratação (fls. 1717/1720 do Processo nº 060.001.323/2016), mesmo sem demonstrar que as "não conformidades" observadas em Visita Técnica anterior foram cumpridas.

Nexo de Causalidade: Responsável pela aprovação do Parecer Técnico.

ii. Segunda Parte

Irregularidade: Executora Central do Contrato nº 69/2016 é a mesma pessoa que autorizou a contratação da empresa, sem que tenha ficado demonstrado o cumprimento das "não conformidades" identificadas antes da celebração do ajuste.

Data (ou período) de ocorrência do fato: 12/09/2016.

Período de Responsabilidade: 24/08/2016 a 24/02/2017.

Conduta: Não presou pelo que preceitua o Princípio da Segregação de Funções.

Nexo de Causalidade: Indicou como Executora Central do Contrato nº 69/2016 a mesma pessoa que havia autorizado a contratação da empresa CEBRAS.

19. Resume assim as alegações apresentadas:

65. Adentrando ao tema a ser tratado, registrou que a contratação regular anterior, de mesmo objeto tratado nestes autos, Processo nº 0060.012.623/2012, não fora concluída, tendo o contrato então vigente expirado em 22/02/2016, inviabilizando novas prorrogações, tornando "urgente a tomada de decisão que permeasse a validação dos aspectos éticos, técnicos e jurídicos que permitissem a execução do objeto previsto, considerado essencial para diversas atividades assistenciais relacionadas ao atendimento à população do DF".

66. Nesse contexto, enfatizou que a complexidade desse tipo



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

de contratação requereu da unidade que dirigia revisão pormenorizada do citado processo regular.

67. Em relação à habilitação da empresa CEBRAS na DL nº 61/2019, no que tange à ausência de demonstração das não conformidades identificadas antes da celebração do contrato, comentou os pontos a seguir.

68. Discorrendo a respeito dos métodos esterilizantes empregados, afirmou que como a SES não dispunha dos meios para atendimento de toda a demanda, necessitou-se de contratação para atender de modo abrangente: “recolhimento, limpeza automatizada e manual, inspeção, preparo, empacotamento e acondicionamento adequado, esterilização e devolução de produtos para saúde (semicríticos e críticos), preservando sua composição, segurança e qualidade”.

69. Consignou, nesse sentido, que **a contratação emergencial logrou êxito em 24/08/2016, apontando contratação vantajosa com o menor preço, resultando em interrupção da prestação de serviço pela empresa F.B.M Indústria Farmacêutica Ltda.**

70. Informou que a Visita Técnica preconizada pela Portaria Interministerial nº 482/99, fora realizada dois meses antes da assinatura do ajuste, oportunidade de terem sido analisadas “critérios de estrutura, segurança ocupacional, transporte, condições de regulação, controles de esterilização e validação dos processos para não se incorrer em interrupção de prestação de serviço público, tornando-se uma ferramenta para a elaboração do Parecer Técnico”.

71. Com relação às inconsistências apresentadas, registrou:

“Sobre a matéria, em que pese as informações constantes no Parecer Técnico sobre as inconsistências apresentadas pela empresa CEBRAS durante a visita, importa dizer que a própria empresa em questão apontou soluções e medidas para adequação. Quanto ao questionamento das documentações, estas foram apresentadas apenas na celebração do contrato/ata (Decisão nº 2.731/2015 TCDF), conforme previsto em Edital: Autorização de Funcionamento de Empresa (AFt) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Licença Sanitária emitida pela Secretaria de Vigilância Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, para funcionamento da Empresa”.

72. Para consolidar essa tese, mencionou jurisprudência do



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

TCU, que entendeu adequar-se ao caso em questão, condicionando o ajuste das não conformidades na fase de início da prestação do serviço - Acórdão 212/2014-Plenário, TC 000.760/2014-5.

73. Afirmou, assim, que **“A empresa CEBRAS apresentou documentação demonstrando aptidão para a execução do objeto, o que em última análise, conduziu a possibilidade de início das atividades contratuais apenas com o motorista para a coleta dos termossensíveis”**.

74. Citou, também, administrativista de renome para embasar sua tese, no seguinte sentido:

“A qualificação técnica exigida dos licitantes consiste, segundo as palavras de Marçal Justen Filho, no ‘domínio de conhecimentos e habilidades teóricas e práticas para a execução do objeto a ser contratado’. Logo, o conteúdo dos atestados de capacidade técnica deve ser suficiente para garantir a Administração que o contratado terá aptidão para executar o objeto pretendido. A constatação de que a habilidade requerida para a prestação de serviços terceirizados, advém da experiência da Administração na condução desses contratos. Tem-se observado que a maior causa de fracasso na execução dos ajustes é a incapacidade das empresas de manter a prestação dos serviços ao longo do tempo sem falhar no cumprimento de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias junto aos empregados. Logo, pode-se concluir que a habilidade de gestão de pessoal, nesses casos, relaciona-se mais a saúde financeira das empresas e a capacidade de gerenciar recursos financeiros e custos”.

75. Com relação ao que intitulou “Gestão e Fiscalização da Execução dos Contratos”, primeiramente, registrou os fundamentos técnicos da competência do gestor da execução dos contratos, relatando preceitos técnicos para o exercício dessa designação.

76. Depois, ao dispor a respeito da “Indicação de Executor Central”, destacou a competência da Diretoria de Enfermagem, baseada em dispositivo regimental (Decreto nº 39.546/2018), no sentido da obrigação de “elaborar parecer técnico sobre matéria de Enfermagem no âmbito da Secretaria de Saúde”, repisando questões dantes debatidas relativas aos motivos constantes do acatamento das não conformidades na fase licitatória, ou seja, na



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

celebração do contrato.

77. No mesmo sentido, entendeu amparar-se em legislação esparsa (Resolução COFEN nº 424/2012, Decreto nº 32.753/2011 e Portaria nº 222/2010), especialmente na Cartilha do Executor do Contrato para justificar “compreensível que a indicação como executora central do contrato nº 69/2016 da mesma pessoa que havia autorizado a contratação da empresa CEBRAS feita pela Sra. Joseete Mendonça ocorreu estritamente em respeito e atendimento as normas publicadas do órgão. Simplesmente os fatos por si justificam a prática do ato e a solução adotada”.

78. Aduziu, ainda, que:

“Esclarece-se que os servidores que, atestam in loco o serviço prestado são os executores locais do contrato lotados nas Centrais de Material e Esterilização de cada Hospital Regional da Rede SES/DF. Estes executores não exercem atividades ligadas a outras fases do processo licitatório como ordenação de despesa, pregão, participação em comissão de licitação, fato que por si garantiria o atendimento ao princípio de segregação das funções. De fato, não é pertinente a menção de que a sra. Alessandra Borges seria a única responsável pela I) definição do objeto licitado; II) pela demanda do serviço, III) pela pesquisa de preço de mercado IV) pela elaboração do edital de licitação; V) pela publicação do aviso de licitação, VI) pela condução do certame, VII) pelo parecer técnico e respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos, VIII) pela publicação do seu resultado, pelo seu empenho e liquidação; além IX) do recebimento do objeto licitado si.

Em momentos pontuais, os executores locais podem ser consultados para realização de parecer técnico em conjunto ao nível Central visto que possuem expertise no assunto em questão e vivência prática na área. Além disso, estes executores são responsáveis por conferir quantitativamente e qualitativamente os produtos entregues e recebidos pela empresa contratada e atestar as notas fiscais emitidas por ela”.

79. Concluiu esse segmento, no seguinte sentido:

“Assim, em consonância a um dos princípios basilares do controle interno, no âmbito da SES, servidores distintos realizam funções distintas durante as fases de uma licitação pública. As funções chave de um processo são diluídas, inclusive, em Subsecretarias distintas o que aumentaria a transparência aos processos, não havendo, neste sentido



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

qualquer transgressão ao Princípio da Segregação das Funções conforme alegado PARECER nº: 1.075/2017-CF”.

80. Encerrando sua manifestação, requereu que a atual gestão da SES/DF traga a estes autos as cópias dos volumes VII e VIII do Processo nº 060.001.323/2016 da contratação mencionada e acolhimento das suas razões de justificativa.

20. Da mesma forma que na anterior, **divide a análise da defesa em dois pontos e começa pela habilitação da empresa CEBRAS, no âmbito da DL 61/2016, sem que tenha ficado demonstrado o cumprimento das "não conformidades" identificadas antes da celebração do Contrato 69/2016.**

21. Sobre isso assevera:

82. Vejamos, em primeiro lugar, que a justificante enalteceu a complexidade desse tipo de contratação, mas trata-se, na verdade, de atividade das mais elementares e previsíveis no âmbito da SES, pois se desconhece, no ramo de atividade da jurisdicionada, que esse tipo de atuação venha a caracterizar-se como algo inusitado. Muito pelo contrário.

83. Pode-se afirmar até que a primeira associação que se faz com hospitais está relacionada ao asseio que se deve prezar nas unidades nosocomiais, o que incluiu contratos como os da natureza tratada - reprocessamento de materiais médico-hospitalares termossensíveis ou, simplesmente, esterilização de tudo o que é passível de ser reaproveitado.

84. Ou seja, esse tipo de contratação está diretamente vinculado à própria existência de qualquer unidade de saúde, o que se depreende elevada expertise, configurando atividade que se desenvolveria com a própria evolução da instituição, motivo de podermos afirmar que eventuais ajustes poderiam ser aplicados em relação a protocolos anteriores, estando longe de constituir matéria de alta complexidade, pelo menos para a SES.

85. Com relação ao primeiro tema – “Habilitação da empresa CEBRAS, no âmbito da DL nº 61/2016, sem que tenha ficado demonstrado o cumprimento das "não conformidades" identificadas antes da celebração do Contrato nº 69/2016”, é preciso que recorramos à literatura especializada para delimitarmos questões conceituais.

86. Nessa linha, **vejamos o que se constitui “não**



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

conformidade”, como fundamento do que se deveria discutir nesta fase processual:

“É classificado como ‘não conformidade’ todo processo que produz resultados não satisfatórios, ou seja, aqueles que não atendem aos critérios externos ou de origens internas.

No caso dos critérios externos, podem ser os oriundos de uma legislação sobre o setor ou ligado a creditações.

Como exemplo, um processo que não obedeça às diretrizes da Norma Regulamentadora nº 15 sobre condições insalubres está em não conformidade.

Já a não conformidade originada de critérios internos seriam a desobediência às etapas de um processo, não alcance de padrão de qualidade etc.

Assim, podemos citar a falha de equipamentos hospitalares causada por falta de manutenção preventiva.

Embora os problemas causados sejam variados, de forma geral essas ocorrências resultam, dentre outros, em:

Má qualidade do atendimento;

Perda de pacientes;

Desmotivação dos funcionários;

Queda de receitas;

Aumento do custo;

Aumento do número de falhas médicas”.

87. De posse desses pressupostos, vejamos que não se deveria relegar a segundo plano a resolução de questões que foram expostas na fase licitatória, portanto, conhecidas pelos interessados capazes de atender prontamente ao chamado para esse labor, de pleno domínio não somente pelo contratante, mas, especialmente, pelo contratado.

88. Vejamos que a justificante ressaltou que as condições que apontavam para a solução das não conformidades estariam vinculadas à fase de assinatura do contrato, ou seja, a expectativa estaria centrada na superação das pendências por ocasião dessa fase ou a ela circunscrita.

89. Se tomarmos como exemplo a propalada visita técnica realizada pela equipe de enfermagem em Goiânia, conforme se faz crer o documento associado, de registro “Anexo ao e-Doc AFF32e4a-C – Anexo I”, podemos facilmente perceber que os apontamentos contidos no Memorando nº 57/2016-GERIS/DIVISA/SVS/SES, de 02/06/2016, relatam que as não



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

conformidades apresentadas no Parecer Técnico demonstravam a realidade de uma prestação de serviço que se operava de pleno direito, a despeito das inúmeras pendências relatadas, o que deveria despertar da aqui justificante maior cautela em dar prosseguimento ao certame, de modo a não permitir que a Administração adentrasse à avença, em que pese ser um contrato de vigência diminuta, como esse de dispensa de licitação, não sendo o histórico da empresa favorável por essa constatação.

90. Esse documento é bastante claro ao definir a motivação da visita: avaliação da viabilidade da prestação do serviço objeto da contratação.

91. Diante desse pressuposto, diante das não conformidades relatadas, fica difícil ponderar outro meio de prova que pudesse valer a Administração para considerar a empresa apta à prestação do serviço, uma vez que o propósito da visita tenha restado desfavorável.

92. Desse modo, não se deveria conceber que se pudesse aguardar que a empresa contratada fosse resolver as questões apresentadas até o momento da assinatura do contrato, arriscando, ainda, a possibilidade disso não ocorrer, visto que pesavam veementes indícios que a prestação de serviço naquela unidade visitada continuaria a operar da mesma forma que vinha sendo realizada, se não fosse esbarrar na exigência do novel contratante para elidir tal conduta, interferindo no desenlace com a própria assinatura contratual.

93. A Administração Pública não pode incorrer nessa concessão ou discricionariedade diante de pressupostos que tendem a colocar em risco procedimentos que não correspondem à adequação técnica. Não há margem para isso.

94. Curioso notar que na vida privada, normalmente, não se faz esse tipo de concessão ou permissão diante de iminente risco de repetição de experiência que já se comprovara desfavorável, presente em prestação de serviço similar; maior zelo se deveria ter com a res publica, com pelo menos solução imediata, não se permitindo avançar na contratação sem antes superar a mácula apontada.

95. Veremos, ao final desta análise, que **tais não conformidades perduraram até durante a prestação do serviço o âmbito da SES.**

96. Aduza-se a isso que a aqui justificante não teria como



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

prever se a não conformidade iria ou não ser superada porque isso já não estaria na sua órbita de atuação ou competência, após o momento em que validou o procedimento com pendências.

97. A oportunidade para se posicionar efetivamente demonstrava a existência de potencial dano que jamais se saberia ser solucionado ou negligenciado futuramente.

98. Correu o risco, pessoalmente, de ser responsabilizada e levou a Administração a exposição não menos grave, pois não se pode descartar que o Estado pudesse ser acionado em virtude de eventual incidente decorrente de falha na prestação do serviço contratado.

99. Com relação à jurisprudência invocada, a justificante não trouxe elementos para avaliar a exata dimensão e o paralelo com o caso concreto aqui em discussão, pois a visita técnica realizada, diferencial para balizamento do caso, não teve outra motivação que não fosse comprovar a capacidade do prestador do serviço dentro dos padrões estabelecidos para um eventual ajuste; se assim não fosse, desnecessário seria dispendar recursos materiais e humanos para testar o potencial do futuro contratado.

100. Ou seja, mesmo diante do experimento negativo, não serviu de fundamento para obstaculizar o trâmite tendente à contratação.

101. Diante desses pressupostos, **para esta primeira parte dos fundamentos que constam do chamamento da aqui justificante, consideramos improcedentes suas razões de justificativa.**

22. Já no tocante ao fato de a Executora Central do Contrato 69/2016 ser a mesma pessoa que autorizou a contratação da empresa, sem que tenha ficado demonstrado o cumprimento das "não conformidades" identificadas antes da celebração do ajuste, apresenta suas considerações:

103. Para a outra argumentação, com relação à violação do Princípio da Segregação de Funções, entendemos que as colocações da justificante são desarrazoadas e totalmente fora do senso comum ao reunir praticamente todo o arcabouço legal de regência para justificar sua nomeação.

104. As normas apresentadas são conflitantes com os próprios fundamentos por ela invocados, seja por possuírem



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

características diversas das por ela invocadas ou por causar conflito com outros axiomas que regem a Administração Pública.

105. Com isso, desconstituiu os normativos que têm como objetivo, também, refletir transparência, controle e fiscalização das aquisições ou prestações de serviço.

106. *In casu*, pesa-lhe desfavoravelmente incremento que se associa à participação do processo de contratação, como já tratado no primeiro tema, sobretudo porque realizou ato questionável, ao não ter tido a cautela de promover imediato saneamento diante de constatação de mácula comprometedora da prestação do serviço, a par da prerrogativa de interferir no processo de fiscalização contratual.

107. É no mínimo desaconselhável servidor que tenha tido essa desenvoltura participar do processo de fiscalização da execução contratual, recaindo sobre ele suspeição, mais uma vez ferindo princípios basilares da Administração Pública (razoabilidade, transparência, segregação de funções e outros tantos mais).

108. Pior que isso, centralizando a atividade em torno dela própria, visto que estaria encarregada de congregar todos os outros executores parciais do contrato, possuindo competência preponderante para reparar, supervisionar e outros atos próprios de hegemonia em relação aos demais executores, com poder de deliberar a respeito.

109. Seria o caso de, no mínimo, ter declinado da indicação ou, pelo menos, para resguardar-se, informar o caso aos seus superiores, a fim de amenizar eventual responsabilização.

110. Mais uma vez, a exemplo a empreitada anterior, arriscou-se em assumir preponderância diante de ato administrativo questionável.

111. Assim, **para o segundo tema, também consideramos as razões de justificativa improcedentes.**

112. Para concluir o ponto contemplando as duas faces aqui questionadas, vejamos o que consta registrado no Relatório Final de Inspeção nº 2.2020.18, Peça nº 2, e-doc B6C7184D-c, de modo a não olvidarmos de assentamentos que podem cotejar a situação apontada, diante das ponderações da justificante, conforme seu item IV.3.7:

IV.3.7 – Problemas identificados na execução do Contrato nº 69/2016

181. Os problemas verificados na prestação do serviço objeto do Contrato nº 69/2016 ocorreram sobretudo no início do



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

ajuste, conforme se verifica nos relatórios fornecidos pelos executores regionais (fls. 1804/1832 do Processo nº 060.001.323/2016).

182. Dentre os problemas verificados, destacaram-se: não disponibilização de profissional habilitado para conferência dos produtos coletados; descumprimento do prazo de 72 horas para devolução do material esterilizado; e ausência de caixas extras para guarda e transporte de material (fls. 1836/1838 do Processo nº 060.001.323/2016).

183. Há registros de que a responsável pela empresa foi convocada para reunião realizada em 28/09/2016, se prontificando para corrigir os problemas identificados. Outros contatos teriam ocorrido em 21/11 e em 7, 9 e 12 de dezembro daquele ano.

184. Novos relatórios de execução foram juntados aos autos (fls. 1840/1856 do Processo nº 060.001.323/2016), referentes a serviços prestados em dezembro de 2016, dando conta de melhoras na prestação do serviço.

185. Instada a se manifestar sobre a necessidade de aplicação de penalidade, a Diretoria de Contratos e Convênios, com base em relatório da executora central, posicionou-se pela não aplicação, tendo por atenuantes os seguintes fatos: as irregularidades foram referentes ao início do ajuste; nesse período, havia demanda reprimida de cerca de 15 dias, devido a paralisação da anterior prestadora; e melhora evidenciada nos relatórios mensais (fls. 1857/1860 do Processo nº 060.001.323/2016).

186. Considerando o anteriormente exposto; as especificidades da prestação do serviço para a rede de saúde pública do DF; que o serviço vinha sendo prestado há muito tempo por outra empresa; e a pouca oferta de empresas nesse ramo, até poderia ser admissível a proposição apresentada pela SES/DF, no sentido de não aplicar penalidade à empresa CEBRAS.

187. Por outro lado, há que ser considerado que essas dificuldades eram previsíveis, uma vez que teriam sido detectadas “não conformidades”, ainda na fase de habilitação, razão pela qual entendeu-se por necessária a apresentação de esclarecimentos da SES/DF.

188. Cabe aqui apontar apenas uma das “não conformidades” listadas (a coleta dos produtos seria realizada pelo próprio



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

motorista, em desacordo com o item 8.2 do Projeto Básico) e um dos problemas verificados (não disponibilização de profissional habilitado para conferência dos produtos coletados), para associarmos a relação entre causa e efeito.

189. Como visto no tópico anterior, a empresa CEBRAS alegou os mesmos aspectos constantes das atenuantes consideradas pela executora central do ajuste, enquanto que a SES/DF não trouxe nada a respeito da temática aqui abordada.

190. Ao nosso entender, o aspecto mais relevante desse tópico é a previsibilidade de tais ocorrências e o fato de a executora central do ajuste ser a mesma que se manifestou pela possibilidade de contratação da empresa.

191. Dessa forma, por considerarmos que esse Achado acaba sendo uma consequência do anterior (habilitação da empresa CEBRAS sem comprovação do atendimento das “não conformidades” anteriormente verificadas), deixamos de propor o chamamento da Sra. Alessandra Aparecida Borges, para apresentar razões de justificativa.

113. Vejamos que diante dessas constatações, resta claro que a expectativa que detinha a justificante para a solução das não conformidades acabou por exaurir-se, pois na própria execução do contrato, tais pendências também se concretizaram, a exemplo do que houvera sido apontado pela Visita Técnica.

114. E disso ela teve ciência como executora central, sendo falaciosa sua argumentação que tudo tenha se cumprido na assinatura do contrato. Esse relatório afirmou em sentido contrário.

115. Também, enquanto executora central, não conseguiu debelar essas mesmas pendências, a exemplo do que se já se apontara na Visita Técnica, restando apenas o contraditório para a justificante nesta fase processual.

116. Portanto, de posse dessas considerações, as razões de justificativas são improcedentes na sua totalidade.

117. Desse modo, deve esta Corte deliberar a respeito das penalidades insculpidas no art. 57, inciso II, da LC nº 01/94.

23. Nesse sentido, após concluir o exame das defesas, sugere ao Plenário que:

I - tome conhecimento da presente instrução, bem como das peças que se prestaram à análise desta fase processual;



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

II - considere, em função da Decisão nº 2.030/2019, item V, as razões de justificativa deliberadas por esse decisum:

- a) improcedentes, para o Sr. Marcelo Moreira Corgozinho e para as Sras Tatiana Camila Castro e Souza, Josethe Rose da Silva Gonçalves e Joseete Mendonça Mesquita dos Anjos;
- b) parcialmente procedentes para a Sra. Alessandra Aparecida Borges, em função da confirmação da falha apresentada na execução contratual e afastamento de competência regimental para deliberar a respeito de matéria fora de sua alçada;

III - em consequência do item anterior:

- a) determine à SES que, em virtude da falha apontada na alínea “b”, promova a circularização das notas fiscais que deram suporte à liquidação da despesa do Contrato nº 69/2016, de modo a afastarmos eventuais incertezas quanto à lisura dos procedimentos legais envolvidos no processamento da despesa – pagamento, dando ciência a este Tribunal no prazo de 90 (noventa) dias;
- b) aplique aos nominados nas alíneas “a” e “b”, a multa prevista no inciso II do art. 57 da Lei Complementar nº 1/94;

IV - autorize:

- a) o encaminhamento desta instrução, do voto condutor e da decisão que vier a ser proferida aos interessados aludidos no item II, bem como a própria jurisdicionada;
- b) o retorno destes autos à SEASP para as providências cabíveis

24. O Diretor da área, por sua vez, mediante Informação 21/2020 – DIASP3, discordou de parte da análise do ACE.

25. Preliminarmente, apresenta histórico dos autos até culminar com a Decisão 2030/19, que deu origem à presente audiência.

26. Ato contínuo, examina o processo por irregularidade e responsável.

27. Com relação à inabilitação ilegal da empresa Esterilize no âmbito do PE 241/2017, faz as seguintes ponderações:

13. O ACE José Tadeu Rodrigues Pereira sugeriu considerar



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

improcedentes as razões de justificativa apresentadas, considerando que não foram passíveis de afastar a irregularidade consignada na Decisão 2.030/2019 (peça 32, eDOC 828AB646, fls. 3/10).

14. No entanto, diverge-se desse posicionamento, uma vez que análise detalhada das peças que deram origem à audiência permite identificar que **pode ter ocorrido restrição ao direito do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, tendo em vista a existência de falhas na instrução processual.**

15. Ressalta-se que há evidências da existência da irregularidade no processo de licitação realizado pela SES/DF, conforme constatado nas instruções realizadas no âmbito do Processo TCDF 9197/2017 (Processo 9197/2017, peças 92 e 116, e-DOCs 6A162373-e e 0F387DA7-e). No entanto, considerando a possível afronta a direitos fundamentais, opina-se pela necessidade de encaminhamento diverso do sugerido pela Informação 13/2020 – DIASP3.

16. Primeiramente, verifica-se que, conforme registrado no Relatório Final de Inspeção, **a irregularidade se refere à exigência abusiva de requisitos para habilitação de empresa no processo de licitação**, em afronta ao art. 30, § 5º da Lei Federal 8666/1993, supracitado.

17. No entanto, a matriz de responsabilização acostada aos autos apresenta a conduta dos responsáveis nestes termos (Processo 9197/2017, peça 115, eDOC C33B0736-e):

Parecer da DIENF inabilitou a empresa Esterilize, apesar de o item objeto da inabilitação (11.4, II, “c.1”) contrariar o disposto no § 5º do art. 30 da Lei nº 8.666/93 e criar restrição não prevista nos normativos que fundamentaram a exigência

18. Nesse sentido, pode-se observar que **a defesa conjunta tratou apenas do procedimento de habilitação/inabilitação, qual seja, a emissão de parecer quanto aos documentos apresentados pela empresa para sua qualificação.** Foram debatidos os andamentos e fatos que levaram os servidores a habilitar a empresa Esterilize e, posteriormente, inabilitá-la. Os defendentes pouco disseram sobre a exigência contida no Termo de Referência e, por conseguinte, no edital de licitação. Tal situação pode ter tido como causa a forma como a irregularidade está descrita na Matriz de Responsabilização e na Decisão 2.030/2019 (item V, a), resultando em interpretação equivocada



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

por parte dos responsáveis (peça 17, e-DOC AE592FB7-c).

19. As razões de justificativa indicam que os defendentes entenderam que estavam sendo questionados sobre o procedimento de habilitar a empresa em um primeiro momento e, depois, inabilitá-la. Essa situação fica mais evidente quando se verifica que a manifestação invoca o princípio da autotutela nos atos praticados no âmbito do processo de licitação, ressaltando que foi realizada a revogação de ato com vício sanável. Ainda, os servidores afirmaram em suas conclusões que esperam “ter apresentado informações suficientes que clarifiquem a inabilitação de empresa concorrente do PE142/2017” (grifou-se) (peça 17, e-DOC AE592FB7-c, fls. 9/10).

20. Pondera-se que a emissão de parecer e, portanto, o procedimento de inabilitação em si pode não ser ilegal, considerando os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da isonomia. Assim, **a ilegalidade está na exigência excessiva feita no item 11.4, II, c.1 do edital (Processo SES/DF 060.004.442/2017, e-DOC 31679588, fls. 397/398) e não na emissão do parecer e no procedimento de habilitação, o qual atendia à exigência do instrumento convocatório.**

21. **É certo que os servidores responsáveis pela análise da qualificação técnica poderiam identificar a exigência abusiva contida no edital, devendo, nesse caso, sugerir a anulação do edital e sua republicação com a devida correção. Porém, não poderiam simplesmente habilitar a empresa, ao arrepio do edital, considerando os mencionados princípios.**

22. **Por conseguinte, no caso ora analisado, verifica-se que a conduta que possui evidente nexo de causalidade com a irregularidade identificada é a previsão de requisitos excessivos de qualificação técnica no edital de licitação, qual seja: a exigência de apresentar indicadores de controle de qualidade (teste residual) obtidos por laboratórios credenciados pela ANVISA nos últimos seis meses. Exigência prevista inicialmente no Termo de Referência do referido processo de aquisição.**

23. **Dessa forma, como a irregularidade descrita na Decisão 2.030/2019 não indicou a falha contida no edital de licitação, pondera-se que a audiência realizada deve ser considerada prejudicada, sob pena de ofensa aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.**



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

24. Tais princípios são postulados previstos na Carta Magna. Trata-se de direitos e garantias fundamentais estabelecidos nestes termos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

25. Ademais, **verifica-se outro equívoco no processo que deu origem à audiência dos responsáveis ora analisada: foi indicada como responsável servidora que aprovou Termo de Referência sem validade no processo, haja vista a existência de outras peças processuais que revogaram o documento aprovado pela servidora. Trata-se da Sra. Josethe Rose da Silva Gonçalves.** Destaca-se que na Matriz de Responsabilização foi indicada como evidência da responsabilização a aprovação do primeiro Termo de Referência do processo, **no entanto, o documento válido se refere ao último apresentado nos autos, conforme Processo SES/DF 060.004.442/2017** (Processo SES/DF 060.004.442/20171 , e-DOC 31679588, fls. 5/47; 54/87 e 137/173; Processo TCDF 9197/2017, peça 115, e-DOC C33B0736-e).

26. Assim, **como a irregularidade consiste na exigência ilegal contida no Termo de Referência, deve ser feita a oitiva dos signatários do documento que possui validade no referido processo de licitação**, Sra. Tatiana Camila Castro e Souza e Sr. Marcelo Moreira Corgozinho, **bem como da responsável pela sua aprovação**, Sra. Martha Gonçalves Vieira (Processo SES/DF 060.004.442/2017, e-DOC 31679588, fl. 173).

27. Pelo exposto, sugere-se tornar sem efeito a audiência dos responsáveis realizada por meio da Decisão 2.030/2019, item V.a, e chamar em audiência a Sra. Tatiana Camila Castro e Souza, o Sr. Marcelo Moreira Corgozinho e a Sra. Martha Gonçalves Vieira para apresentação das razões de justificativa, tendo em vista a inobservância ao art. 30, § 5º, da Lei Federal 8.666/1993, conforme Matriz de Responsabilização



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

complementar acostada aos autos, exclusiva para a irregularidade em tela (peça 33, e-DOC 56DD1B35-e).

28. **Quanto ao atesto da prestação de serviços referentes ao Contrato 69/2016 sem a apresentação detalhada dos materiais termossensíveis reprocessados**, oferece as considerações a seguir:

31. As razões de justificativa foram analisadas pelo ACE José Tadeu Rodrigues Pereira, o qual considerou que a manifestação da responsável indica que, no mínimo, houve omissão e falta de zelo no seu dever de fiscalizar, tendo em vista que se limitava a acatar o relatório circunstanciado expedido pelos executores locais do contrato. Ainda, salientou que resta evidente a falta da adequada fiscalização, haja vista a afirmação da responsável de que seria absolutamente impossível fiscalizar in loco e em tempo real, como representante central do serviço, as 16 (dezesesseis) unidades da SES/DF. Assim, considerou improcedentes as razões de justificativa e opinou pela “necessidade de determinar à SES que promova a circularização das notas fiscais que deram suporte à liquidação da despesa do Contrato 69/2016, de modo a afastarmos eventuais incertezas quanto à lisura dos procedimentos legais envolvidos no processamento da despesa” (peça 32, e-DOC 828AB646, fl. 3).

32. No entanto, **diverge-se do posicionamento apresentado na Informação 13/2020 – DIASP3, uma vez que a responsável, em suas razões de justificativa, apresentou documentação com o detalhamento dos materiais reprocessados para alguns meses de vigência do Contrato SES/DF 69/2016 (peça 29, e-DOC AFF32E4A-c e anexo3)**. A documentação é semelhante à apresentada pela empresa contratada (CEBRAS), referente ao mês de outubro de 2016, considerada satisfatória no âmbito do Relatório de Inspeção (Processo TCDF 9197/2017, peça 116, eDOC 6A162373-e, fls. 35/36).

33. Ainda, ressalta-se que a Decisão 2.030/2019 apresenta como irregularidade a ausência de detalhamento dos materiais reprocessados no processo de pagamento do Contrato 69/2016. A razão de justificativa contém relatórios que detalham os materiais reprocessados em cada unidade de atendimento da SES/DF por mês. Estavam ausentes somente os dados relativos aos meses de setembro 2016 e fevereiro de 2017 (peça 29, e-DOC AFF32E4A-c, anexo). Porém, foi afirmado que os relatórios



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

detalhados de todos os meses estão no Processo SEI 060-00324055/2019- 15 (peça 29, e-DOC AFF32E4A-c, fl. 11). Destaca-se que o contrato teve vigência entre 24/08/2016 a 19/02/2017 (Processo SES/DF 060.001.323/2016, volume 8, fl. 1444).

34. A ausência da documentação no processo de pagamento foi justificada pela grande quantidade de documentos para comprovação dos materiais reprocessados. Por isso, somente era enviado ao processo de pagamento a nota consolidada (peça 29, e-DOC AFF32E4A-c, fl. 11).

35. No que concerne à manifestação da responsável a respeito da impossibilidade de fiscalização in loco do serviço nas 16 unidades de atendimento da SES/DF, pondera-se que assiste razão à defendente, uma vez que não se espera que a responsabilidade de fiscalização do serviço de reprocessamento de materiais médico-hospitalares termossensíveis da rede de atendimento da SES/DF, considerando a complexidade e a frequência do serviço, seja atribuída a um único servidor.

36. Ademais, a manifestação da responsável indica que havia uma rotina e sistemática de acompanhamento da execução do contrato realizada por uma comissão de servidores, representada por um executor central e executores locais de cada unidade de atendimento da SES/DF (peça 29, e-DOC AFF32E4A-c, fls. 9/11). Os servidores executores do Contrato 69/2016 foram nomeados por meio da Ordem de Serviço 30, de 05/10/2016 (Processo SES/DF 060.001.323/2016, volume 8, fls. 60/62).

37. Conforme a responsável, a verificação direta da prestação dos serviços era realizada pelos executores locais e cabia à defendente, como executora central, avaliar os relatórios circunstanciados referentes às 16 unidades da rede da SES/DF, comparando-os com as notas fiscais apresentadas pela empresa (peça 29, eDOC AFF32E4A-c, fls. 9/11). Assim, a executora central analisava os relatórios para verificação da consistência dos dados apresentados.

38. Por outro lado, **não procede a afirmação da Sra. Alessandra Borges de que não pode ser responsabilizada pelo atesto na prestação dos serviços referente ao Contrato 69/2016, haja vista não ter realizado a fiscalização direta (peça 29, e-DOC AFF32E4A-c, fls. 11/12).** Ressalta-se que, como executora central do contrato, possuía a responsabilidade



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

de verificar: o devido acompanhamento por parte dos executores locais; a conformidade dos dados referentes aos materiais reprocessados e respectivos valores; bem como a qualidade dos serviços prestados e as possíveis inexecuções contratuais, considerando os relatos dos executores locais. Cabia à Sra. Alessandra dar os encaminhamentos necessários, tanto no caso de adequada prestação do serviço, quanto no caso de falhas na execução do contrato.

39. A despeito de afirmar não ser responsável pelo atesto dos serviços prestados, a Sra. Alessandra Borges evidenciou que o serviço executado pela empresa era fiscalizado pela comissão de servidores. Ressalta-se que, no processo de pagamento, há relatórios dos executores locais com manifestação sobre a conformidade do serviço prestado (Processo SES/DF 060.011.003/2016).

40. Pelo exposto, a análise do processo de pagamento e da documentação encaminhada pela Sra. Alessandra indica que havia o acompanhamento da execução do contrato de prestação de serviços de reprocessamento de materiais médico-hospitalares, alcançando a verificação dos materiais reprocessados e respectivos quantitativos, bem como a conformidade da prestação do serviço com a previsão contratual.

41. Quanto à necessidade de circularização das notas, conforme apontado na Informação 13/2020 – DIASP3, não se vislumbra utilidade em determinar tal diligência à jurisdicionada, haja vista que o contrato de prestação do serviço se encerrou em fevereiro de 2017 e que os documentos apresentados pela empresa CEBRAS, na oportunidade de sua manifestação no âmbito do Processo TCDF 9197/2017, são semelhantes aos documentos apresentados pela defendente (peça 29, e-DOC AFF32E4A-c e anexo e Processo 9197/2017, e-DOC 93DF656A-e). Verifica-se que os relatórios encaminhados pela Sra. Alessandra são oriundos da empresa contratada (peça 29, e-DOC AFF32E4A-c, anexo). Assim, a solicitação de informações à empresa ensejaria o encaminhamento da mesma documentação apresentada pela responsável.

42. Nesse sentido, divergindo das proposições formuladas na Informação 13/2020-DIASP3, sugere-se, apenas, considerar procedentes as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Alessandra Aparecida Borges quanto à irregularidade ora



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

analisada.

29. **A outra irregularidade é a habilitação da empresa CEBRAS, no âmbito da DL 61/2016, sem que tenha ficado demonstrado o saneamento das não conformidades identificadas antes da celebração do Contrato 69/2016, o que deu azo a falhas na execução do ajuste, a saber:**

- impossibilidade de avaliar a questão do transporte, devido à ausência de veículo na época da realização da visita;
- não havia área de descarga, o que impediu verificar a existência de barreira física que dividisse o ambiente em acessos independentes;
- não havia recipientes rígidos de cores diferenciadas para transporte do material sujo e limpo;
- o alvará sanitário estava vencido, tendo sido apresentado mero protocolo de renovação;
- não foi identificado o cronograma de manutenção preventiva e corretiva de que tratava o item 13.1.7 do Projeto Básico;
- o horário informado de transporte dos produtos era de segunda a sexta-feira, em horário comercial, com uma hora de almoço (em desacordo com o item 8.1 do Projeto Básico); e
- foi informado que a coleta dos produtos seria realizada pelo próprio motorista (em desacordo com o item 8.2 do Projeto Básico).

30. A esse respeito, defende:

45. Na análise das razões de justificativa apresentadas pelas responsáveis, o ACE José Tadeu opinou por considerar procedentes as alegações apresentadas pela Sra. Alessandra Aparecida Borges, considerando que cabia aos superiores hierárquicos e não à defendente a decisão de realizar a contratação com a empresa; e improcedente a manifestação apresentada pela Sra. Joseete Mendonça Mesquita dos Anjos, tendo em vista não ter conseguido afastar a irregularidade apontada, tampouco a sua responsabilidade (peça 32, e-DOC 828AB646-e, fls. 11/13 e 21/23).

46. No que tange à responsabilização da Sra. Joseete Mendonça Mesquita dos Anjos, convergindo com as considerações e sugestões apontadas pelo Auditor, sugere-se considerar



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

improcedentes as razões de justificativa apresentadas pela responsável.

47. Conforme apontado na Informação 13/2020-DIASP3, a Sra. Joseete argumenta que as não conformidades relatadas no primeiro parecer técnico não deveriam ser passíveis de desqualificar a empresa, considerando que poderiam ser sanadas no início da execução do contrato e a empresa indicou soluções e medidas para adequação das impropriedades. Afirmou que sua atuação está de acordo com jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a qual preleciona que o momento adequado para comprovação de conformidades é a fase de início da prestação do serviço. Ainda, relatou que a empresa CEBRAS apresentou documentação prevista no Termo de Referência para habilitação, demonstrando aptidão para a execução do objeto contratado (peça 31, e-DOC 29A51823-c, fls. 4/10).

48. **Os argumentos apresentados pela Sra. Joseete não afastam a ocorrência da irregularidade, tampouco de sua responsabilidade**, tendo em vista que restou evidente que, no decorrer do processo de contratação do serviço, foram identificadas falhas na estrutura de prestação de serviço da empresa contratada que deveriam ser sanadas, a fim de possibilitar a adequada execução contratual (Processo SES/DF 060.001.323/2016, volume 66, e-DOC 0793CC94-e, fls. 41/51). No entanto, a despeito dessa situação, a responsável aprovou o parecer **favorável à contratação da empresa, ausentes dados que comprovassem o saneamento das falhas**. Tal situação se torna evidente pelos diversos relatórios dos executores locais do contrato, após o início da execução dos serviços, apontando falhas que possuem como causa as impropriedades indicadas na primeira visita técnica realizada, antes da contratação da empresa. Assim, foi firmado o ajuste sem que as inconformidades tivessem sido sanadas (Processo SES/DF 060.001.323/2016, volume 77, fls. 455/459).

49. Nessa esteira, coaduna-se com a conclusão apresentada pela Informação 13/2020 – DIASP3, nestes termos (peça 32, e-DOC 828AB646-e, fl. 23):

Desse modo, não se deveria conceber que se pudesse aguardar que a empresa contratada fosse resolver as questões apresentadas até o momento da assinatura do contrato, arriscando, ainda, a possibilidade disso não ocorrer, visto que pesavam veementes indícios que a prestação de serviço



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

naquela unidade visitada continuaria a operar da mesma forma que vinha sendo realizada, se não fosse esbarrar na exigência do novel contratante para elidir tal conduta, interferindo no desenlace com a própria assinatura contratual.

50. Quanto às razões de justificativa apresentadas pela Sra. Alessandra Aparecida Borges, sugere-se, também, considerar improcedentes, uma vez que, consoante apontado pela Informação 13/2020 – DIASP3, a defendente não foi capaz de afastar a irregularidade, de forma que “não se poderia acatar suas razões de justificativa pelos termos depositados” (peça 32, e-DOC 828AB646-e, fl. 17). **Diverge-se, no entanto, da conclusão proferida nessa instrução, no que se refere à exclusão da responsabilidade da Sra. Alessandra, uma vez que, apesar de o parecer técnico emitido pela servidora não possuir caráter vinculativo, a defendente se responsabiliza pela opinião inserida no processo**, a qual influenciou as decisões de seus superiores hierárquicos. Destaca-se que há jurisprudência no âmbito do Tribunal de Contas da União acerca da possibilidade de responsabilização de servidor que emite parecer técnico que induz a prática de irregularidade, conforme a seguir:

Nos casos em que o parecer técnico ou jurídico, por dolo ou culpa, induzir o gestor à prática de irregularidades, a responsabilização deve recair não apenas sobre o gestor, mas também sobre o parecerista.

Acórdão 442/2017-Primeira Câmara

A emissão de parecer técnico indicando fato não correspondente à realidade caracteriza inobservância ao dever de cuidado objetivo imposto a todos os servidores públicos e gera a responsabilização do seu emissor perante o TCU.

Acórdão 591/2010-Segunda Câmara

É cabível a responsabilização de pareceristas que elaboram peças para a celebração de convênios com imprudência, negligência ou imperícia, bem como dos gestores do órgão concedente que as aprovam.

Acórdão 463/2013-Segunda Câmara

É cabível a responsabilização de funcionário que elabora



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

parecer jurídico ou técnico, quando no parecer existirem posições frontalmente contrárias à lei ou tendenciosas. A existência de parecer do órgão jurídico respaldando decisão, não isenta a imputação de responsabilidade pelos fatos considerados irregulares.

Acórdão 1154/2008-Plenário

51. A Sra. Alessandra foi a responsável pela emissão do primeiro parecer técnico, o qual informa haver inconformidades na empresa a ser contratada à época. Em outra oportunidade, quando da celebração do ajuste, emitiu parecer de forma breve sem detalhar sobre o saneamento das inconformidades e com base tão somente nos documentos apresentados pela empresa, concluindo pela adequada qualificação da empresa e pela sua contratação. Assim, o segundo parecer possibilita interpretar que não existiam mais falhas, o que certamente influenciou a decisão dos demais gestores. Nesse sentido, entende-se que a servidora, ao emitir o parecer sem verificar se houve a correção das impropriedades inicialmente apontadas, agiu, no mínimo, de forma imprudente ou negligente (Processo SES/DF 060.001.323/2016, volume 6, e-DOC 0793CC94-e, fls. 41/51 e volume 7, fls. 455/459).

52. Agravando a situação de irregularidade ora apresentada, conforme apontado, as inconformidades identificadas durante o processo de contratação resultaram em falhas que persistiram por toda a vigência do Contrato 69/2016, configurando inobservância parcial do ajuste (Processo SES/DF 060.001.323/2016, volume 6, e-DOC 0793CC94-e, fls. 41/51 e volume 8, fls. 71/128 e Processo SES/DF 060.011.003/2016). A Sra. Alessandra Aparecida Borges foi designada executora central do contrato e não se verificou a adoção de medidas eficazes por parte da servidora a fim de sanar as falhas apontadas pelos executores locais em seus relatórios de acompanhamento dos serviços prestados. Merece nota que, no decorrer da vigência do ajuste, as reclamações por inobservância de dispositivos contratuais diminuíram, porém persistiram em algumas unidades da SES/DF (Processo SES/DF 060.001.323/2016 volume 8 e Processo SES/DF 060.011.003/2016). No processo de contratação dos serviços, ao ser questionada sobre a aplicação de sanção tendo em vista os relatos de inobservância parcial do contrato, a servidora opinou



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

por não sancionar a empresa, ainda que não saneadas por completo as falhas inicialmente relatadas (Processo SES/DF 060.001.323/2016, volume 8, fls. 129/132).

53. Pelo exposto, no que se refere à habilitação da empresa CEBRAS no âmbito da Dispensa de Licitação 61/2016, sugere-se considerar improcedentes as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Joseete Mendonça Mesquita dos Anjos e pela Sra. Alessandra Aparecida Borges.

31. Por último, **quanto à indicação, como Executora Central do Contrato 69/2016, da mesma pessoa que havia autorizado a contratação da empresa CEBRAS**, eis os argumentos:

57. Preliminarmente, merece menção o fato de que a irregularidade transcrita na Decisão 2.030/19 se refere à indicação, como Executora Central do Contrato 69/2016, da mesma pessoa que havia autorizado a contratação da empresa CEBRAS. **No entanto, compulsando os autos de contratação dos serviços, a Dispensa de Licitação 61/2016, verifica-se que a executora central não foi a responsável pela autorização da contratação, uma vez que a autoridade competente para autorizar a dispensa de licitação era o Subsecretário de Administração Geral à época** (Processo SES/DF 060.001.323/2016, volume 6, e-DOC 0793CC94-e, fls. 53 e 128). Desse modo, a servidora nomeada para a fiscalização central do contrato exerceu no âmbito do processo de contratação a atribuição de análise e emissão de parecer da qualificação técnica da empresa a ser contratada (Processo SES/DF 060.001.323/2016, volume 6, e-DOC 0793CC94-e, fls. 53). Assim, **a servidora não exerceu especificamente a atividade de autorização da contratação, mas sim de análise da qualificação técnica.**

58. Explanada tal situação, convém mencionar que a designação de mesmo servidor para atuar na comissão de licitação e na fiscalização do contrato foi considerada ofensa ao princípio da segregação de função, conforme decisões proferidas no âmbito do Tribunal de Contas da União:

deve-se evitar a nomeação de mesmos servidores para atuar, nos processos de contratação, como requisitante, pregoeiro ou membro de comissão de licitação, fiscal de contrato e responsável pelo atesto da prestação de serviço ou



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

*recebimento de bens, em respeito ao princípio da segregação de funções;
Acórdão 5840/2012 – TCU – Segunda Câmara (grifou-se).*

*estabeleça critérios para seleção dos servidores que recebem e atestem bens e serviços, de forma a evitar que eles exerçam outras atividades incompatíveis, tais como ordenador de despesa, pregoeiro, membros das comissões de licitação e responsável pelo almoxarifado.
Acórdão 38/2013-TCU-Plenário (grifou-se).*

59. Merece nota que a irregularidade ora analisada foi identificada em processo de dispensa de licitação, o qual não segue o rito ordinário de uma licitação, porém, possui fases semelhantes, tendo em vista que durante o processo devem-se observar os princípios que regem as contratações públicas e o direito administrativo, de forma que a avaliação da qualificação técnica se assemelha à função de avaliação da habilitação realizada pela comissão de licitação. Assim, a emissão de parecer quanto à qualificação técnica no processo de dispensa de licitação é semelhante à atividade exercida por integrantes de comissão de licitação.

60. No âmbito desta Corte de Contas, a Decisão Ordinária 608/2018 (eDOC E1ADF9ED) apresenta recomendação à SES/DF no sentido de que servidores que atuaram na fase de escolha do fornecedor não devem ser designados como executores de contrato, conforme a seguir:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

V – recomendar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para que observe o princípio da segregação de função de forma a evitar que a elaboração do projeto básico, a escolha da prestadora de serviço, a análise dos preços ofertados e o atesto da execução de serviços fiquem a cargo do mesmo servidor, devendo, ainda, separar as atividades de contabilidade e conciliação, informação e autorização, custódia e inventário, contratação e pagamento, administração de recursos próprios e de terceiros, normatização (gerenciamento de riscos) e fiscalização (auditoria);

61. A despeito do entendimento dos órgãos federal e distrital de controle externo, a defendente apresentou argumentação



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

relevante que pode ser considerada.

62. Primeiramente, verifica-se que, conforme apresentado pela Sra. Joseete, o Decreto Distrital 39.546/20188, o qual aprova o Regimento Interno da SES, indica que é atribuição da Diretoria de Enfermagem “VIII - elaborar parecer técnico sobre matéria de Enfermagem no âmbito da Secretaria de Saúde”. Registra-se que esse era o setor de lotação da defendente, sendo imediatamente superior ao setor de lotação da servidora designada como executora do contrato (peça 31, e-DOC 29A51823, fls. 12/13 e Processo SES/DF 060.001.323/2016, volume 8, fl. 43).

63. Ainda, conforme informado pela Sra. Joseete, as áreas de lotação da defendente, **a Diretoria de Enfermagem, e da servidora designada como executora do contrato, a Gerência de Assistência de Enfermagem, também possuíam a atribuição de realizar a fiscalização do contrato, uma vez que continham o conhecimento técnico para acompanhamento do serviço contratado (peça 31, e-DOC 29A51823, fls. 14/17).** Trata-se de área técnica da SES/DF, a qual gerencia de modo centralizado os serviços de enfermagem da jurisdicionada. As atribuições de emissão de parecer e fiscalização de contratos específicos da área dessa diretoria não poderiam caber a outro setor da jurisdicionada, uma vez que são os profissionais dessa área que possuem o conhecimento necessário para realizar adequadamente essas atividades.

64. Consoante o Decreto Distrital 32.598/2010, a designação do executor do contrato deve observar a capacidade técnica do servidor para exercer tal função, nestes termos:

Art. 41. Nos contratos para execução de obras e prestação de serviços designar-se-á, de forma expressa:

II – o executor ou executores, a quem caberá supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução, bem como apresentar relatórios quando do término de cada etapa ou sempre que solicitado pelo contratante.

*§ 3º O executor de que trata o inciso II deste artigo representará a Administração na fiscalização e acompanhamento do contrato, devendo tal indicação recair sobre agente público ou comissão especialmente designados para tal atividade, **que possuam qualificação técnica condizente com a complexidade e especificidade do objeto contratado.** (Parágrafo alterado pelo(a) Decreto 32753 de 04/02/2011)(grifou-se)*



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

65. O princípio da segregação de funções é previsto como preceito do controle interno na Administração. Análise da Lei Federal 8.666/1993, bem como de normativos distritais que tratam de licitações e contratos⁹ indica que não há de forma explícita a imposição de que o servidor responsável por realizar a análise e emitir parecer a respeito da qualificação técnica de empresa a ser contratada está impedido de efetuar fiscalização do contrato.

66. É certo que a Sra. Joseete, Diretora de Enfermagem à época, poderia ter designado outro servidor para exercer o cargo de executor do contrato, a fim de atender ao princípio da segregação de função, uma vez que a Sra. Alessandra, servidora então designada, havia realizado a análise técnica da qualificação da empresa.

67. No entanto, **a ausência de proibição ampla e expressa, nos normativos afetos à matéria, quanto à designação de mesma pessoa como parecerista e fiscal do contrato, resulta que, no caso ora analisado, não se pode responsabilizar a Sra. Joseete, uma vez que não está evidente a existência de dolo ou culpa no ato realizado pela Diretora à época.** Tal situação se torna mais explícita quando, nas razões de justificativa, foram utilizados os normativos distritais existentes para afastar a irregularidade. Assim, **conclui-se que a defendente entendia estar atuando conforme previsão legal.**

68. Ainda, cumpre registrar que a Sra. Joseete exercia cargo de caráter eminentemente técnico no âmbito da SES/DF, conforme atribuições previstas no supracitado Regimento Interno da jurisdição (Decreto Distrital 39.546/2018):

Art. 142. À Diretoria de Enfermagem - DIENF, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Coordenação de Atenção Secundária e Integração de Serviços, compete:

I - formular e promover as diretrizes da assistência de Enfermagem no âmbito da Secretaria de Saúde;

II - participar da elaboração e implementação das linhas de cuidado de Enfermagem com áreas multidisciplinares;

III - promover a articulação e integração da Enfermagem entre os serviços da Atenção Primária, Secundária e Hospitalar sob a ótica multidisciplinar;

IV - propor e revisar diretrizes para implantação e implementação das práticas de Enfermagem nos diversos níveis de cuidado;



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

- V - promover meios para assegurar aos usuários a assistência de Enfermagem com qualidade e livre de riscos;*
- VI - monitorar e avaliar os processos de trabalho da Enfermagem nos diversos níveis de atenção;*
- VII - zelar pelo cumprimento das disposições legais e éticas no exercício profissional da Enfermagem;*
- VIII - elaborar parecer técnico sobre matéria de Enfermagem no âmbito da Secretaria de Saúde;*
- IX - participar do processo de seleção, lotação, acolhimento e remoção dos profissionais de Enfermagem, em parceria com a Subsecretaria de Gestão de Pessoas;*
- X - participar da elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico de Materiais e Equipamentos de Enfermagem;*
- XI - participar das atividades de padronização e catalogação de produtos para a saúde relacionados à Enfermagem nos sistemas de informação vigentes;*
- XII - participar da elaboração e divulgação da Relação de Produtos para a Saúde relacionados à Enfermagem; e*
- XIII - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de competência.*

69. Conforme o Decreto-Lei 4.657/1942, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, art. 28, a responsabilização de um agente público por suas decisões e opiniões se dará considerando a existência de dolo ou erro grosseiro.

70. Ademais, **a servidora não realizou a atividade de designação propriamente dita. A Sra. Joseete indicou a servidora para atuar como executora central, de forma que a designação foi realizada pela Subsecretária de Administração Geral à época** por meio da Ordem de Serviço 30, de 05 de outubro de 2016 (Processo SES/DF 060.001.323/2016, volume 8, fls. 60/62).

71. Outrossim, há que se ressaltar que a mencionada Ordem de Serviço designou diversos servidores para realizarem a fiscalização contratual, cada qual em sua respectiva unidade de saúde (executores locais). Ainda que a Sra. Alessandra coordenasse os trabalhos de fiscalização, a verificação efetiva da prestação dos serviços era feita pelos demais executores, fato que, por si só, pode ser considerado ao menos como atenuante da irregularidade em questão – conquanto, conforme exposto, se entenda que a Sra. Joseete tenha feito a indicação da Sra. Alessandra acreditando estar atendendo a normativos distritais.



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

72. Portanto, divergindo do posicionamento adotado na Informação 13/2020 – DIASP3, sugere-se considerar procedentes as razões de justificativa apresentadas pela senhora Joseete Mendonça Mesquita dos Anjos, quanto à violação ao princípio da segregação de funções, pela exclusão de sua culpabilidade.

73. Por outro lado, necessário se faz alertar à SES/DF que deve evitar nomear servidor que atuou em funções atribuídas às comissões de licitação, ou em funções análogas a essa, no caso de dispensas de licitação, para exercer a função de executor do contrato, em homenagem ao princípio da segregação de funções.

32. Por fim, apresenta quadro com resumo da análise:

Irregularidade	Responsável	Conclusão apontada nesta Informação
Inabilitação ilegal da empresa Esterilize no âmbito do PE 241/2017	Marcelo Moreira Corgozinho (Matrícula 1672972-2)	Prejudicada a audiência do responsável, tendo em vista possível afronta ao princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. Nova audiência.
	Tatiana Camila Castro e Souza (Matrícula 171469-4)	Prejudicada a audiência da responsável, tendo em vista possível afronta ao princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. Nova audiência.
	Josethe Rose da Silva Gonçalves (Matrícula 134.495-1)	Prejudicada a audiência da responsável, tendo em vista possível afronta ao princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. Exclusão da responsabilidade da servidora.
Atesto da prestação de serviços referentes ao Contrato 69/2016 sem a apresentação detalhada dos materiais termossensíveis reprocessados	Alessandra Aparecida Borges (matrícula 171.358-2)	Procedentes as razões de justificativa
Habilitação da empresa CEBRAS, no âmbito da DL 61/2016, sem que tenha ficado demonstrado o saneamento das não conformidades identificadas antes da celebração do Contrato 69/2016, o que deu azo a falhas na execução do ajuste;	Alessandra Aparecida Borges (matrícula 171.358-2)	Improcedentes as razões de justificativa
	Joseete Mendonça Mesquita dos Anjos (Diretora da Diretoria de Enfermagem)	Improcedentes as razões de justificativa
Indicação, como Executora Central do Contrato 69/2016, da mesma pessoa que havia autorizado a contratação da empresa CEBRAS	Joseete Mendonça Mesquita dos Anjos (Diretora da Diretoria de Enfermagem)	Procedentes as razões de justificativa

33. Por conseguinte, propõe ao Plenário:

I - conhecer:



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

a) das razões de justificativa constantes das peças 17; 29 e 31 (e-DOCs AE592FB7-c, AFF32E4A-c, 29A51823-c, respectivamente), bem como dos documentos complementares associados aos autos;

b) da Informação 13/2020 – DIASP3 e desta Informação;

II - considerar:

a) sem efeito a audiência dos responsáveis nominados no item V.a da Decisão 2030/2019, considerando possível ofensa aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal;

b) parcialmente procedentes as razões de justificativa apresentadas pelas Sras. Alessandra Aparecida Borges e Joseete Mendonça Mesquita dos Anjos;

III - deliberar sobre a aplicação da multa prevista no inciso II, art. 57 da Lei Complementar 1/1994, às senhoras nominadas no item II.b, tendo em vista a habilitação da empresa CEBRAS, no âmbito da DL 61/2016, sem que tenha ficado demonstrado o saneamento das não conformidades identificadas antes da celebração do Contrato 69/2016;

IV - chamar em audiência as pessoas identificadas como possíveis responsáveis pela infração à Lei Federal 8.666/1993, art. 30, § 5º, conforme a Matriz de Responsabilização juntada aos autos (peça 33, e-DOC 56DD1B35-e), para apresentação de razões de justificativa, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de aplicação de multas, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei Complementar 1/1994;

V - alertar à Secretaria de Estado de Saúde do DF que a nomeação de servidor que atuou em comissão de licitação ou que exerceu função semelhante em processo de contratação para atuar como executor do contrato deve ser evitada, conforme Acórdãos 5840/2012 – TCU – Segunda Câmara e 38/2013-TCU-Plenário;

VI - autorizar:

a) o encaminhamento da Informação 13/2020 – DIASP3, desta instrução, do voto condutor e da decisão que vier a ser proferida aos interessados aludidos no item V da Decisão 2.030/2019 e na



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

Matriz de Responsabilização de peça 33, e-DOC 56DD1B35-e;
b) o retorno destes autos à SEASP para a análise das audiências do item IV destas Sugestões.

34. O Secretário de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública aquiesceu com essa última proposta.

35. Os autos vieram ao MPCDF para parecer.

36. De início, vale rememorar que a discussão que abrange esse processo pode remontar à consulta ao DODF, quando se verificou que, em relação ao Processo 060.012.623/2012, houve a abertura do **PE 31/2017** (DODF 17, de 24.1.2017, p. 25), cujo objeto era:

“Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de reprocessamento de produtos termossensíveis, destinada à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal/SES/DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo nº: 060.012.623/2012”

37. Houve posterior suspensão em 6.2.2017 (DODF 26, p. 39) e nova reabertura em 16.2.2017, com previsão de realização do pregão em 2.3.2017 (DODF 34, de 16.2.2017, p. 21). Todavia, **a licitação restou fracassada** em razão de **as únicas duas empresas participantes, FBM e CEBRAS, apresentarem propostas (R\$ 2.300.000,00) acima do valor estimado de R\$ 1.642.183,20.**

38. Na Corte, outro Processo 2524/2017 tratou da Representação oferecida pela Empresa FBM FARMA indústria Farmacêutica Ltda. Mas, segundo o Corpo Instrutivo registrou, em face do certame antes referido não ter ido adiante, foi lançado **o PE nº 241/2017-SES/DF, que foi homologado em 2/1/2018, tendo o objeto sido adjudicado em favor da empresa FBM Indústria Farmacêutica Ltda., pelo valor de R\$ 1.683.559,80 (Contrato 68/2018 SESDF), OU SEJA, UM POUCO ACIMA DO VALOR DO ESTIMADO NO PE 31/17.**

39. **Os autos foram, então, arquivados**, ao argumento de que a análise seguiria em **curso nos autos do Processo nº 9.197/2017-e, que abrigou a Representação 13/17**, com o seguinte:

“para que o Tribunal de Contas do Distrito Federal examine a



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

ausência de licitação para a contratação de reproprocessamento de materiais médico-hospitalares termosensíveis para a SES e autorize, em outros dois autos próprios, a fiscalização imediata do Contrato Emergencial no. 69/16² e da DL 122/17³, que acaba de ser publicada no DODF (em 21/3/17)

(...)

72. Não é possível compreender a falta de licitação regular. Observa-se, assim, que, desde 8.8.2012 já havia termo de referência para a nova contratação. Apesar disso, os autos retornaram à Diretoria de Instrução por 15 vezes para supostas correções, conforme indicado pelo próprio setor que aponta a morosidade dessa contratação. Todavia, para a mesma contratação, só que emergencial, Contrato 69/2016 (CEBRAS), o mesmo processamento de contratação duraria apenas 50 dias e o Termo de Referência não teve maiores alterações.

(...)

76. Destaca-se, ainda, quanto ao último processo emergencial (DL 61/2016)⁴ **que as constantes impugnações da empresa FBM (todas refutadas pela SES), acabaram por beneficiar a empresa FBM que se manteve prestando os serviços por cerca de 18 meses, além da vigência de 60 meses do contrato anterior, 9/10, até a pactuação do novo Contrato 69/2016 (agosto/2016).**

77. Destaca-se que o então Subsecretário de Atenção à Saúde, Sr. Daniel Veras de Melo, tomou ciência da necessidade de contratação dos serviços em 29.9.2014 (fl. 253) e só veio a tomar providências em 2.12.2014 (fl. 262), com o encaminhamento dos autos ao FSDF que por sua vez indicou a inexistência de orçamento.

78. Porém, o que se vê é que o Programa de Trabalho indicado pelo FSDF (Programa de Trabalho 10.302.6202.4205.0001) não é o mesmo em que ocorreu a prorrogação da contratação da FBM (10302620228850002 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-MÉDICO-HOSPITALARES-DISTRITO FEDERAL). Ou seja, para a prorrogação do contrato, haveria fonte de recursos. Mas, para a regular contratação, essa mesma fonte não seria possível.

² Firmado com a Empresa CEBRAS pelo valor de R\$ 2.264.286,00.

³ Celebrado com a Empresa F.B.M. por R\$ 1.300.828,20.

⁴ Resultou no Contrato 69/16



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

79. Outro ponto a se destacar é que a empresa CEBRAS alertou a SES, em 23.1.2013, de que alguns itens incluídos no TR pertenciam à lista proibitiva de reproprocessamento da ANVISA (RDCs 2605, 2606, e 156 de 2006). Ou seja, informações mínimas sobre o objeto são desprezadas gerando retrabalho na correção dos Termos de Referência.

80. Essas irregularidades devem ser apuradas, pois demonstram possível omissão na indicação dos recursos com prejuízos à regular contratação (a anterior contratação estava maculada), bem como erros que não poderiam ocorrer.

81. Cabe ainda perquirir os motivos pelos quais os servidores da Gerência de Enfermagem se negaram a assinar o TR, conforme indicado em despacho às fls. 483.

82. Mostra-se curioso, ainda, o fato de ter sido solicitada cotação de preços à empresa FBM, que prestava os mesmos serviços à SES no Contrato 9/2010, e esta, à fl. 88, ter se manifestado, em 21.1.2013, pela “incapacidade quanto a mesma, por nenhum item constar em nosso portfólio atual”.

83. Somente em novembro após, nova solicitação de preços, é que apresentou cotação (fls. 198-201).”.

40. Na ocasião, o MPC/DF também chamou a atenção para o fato de que **haveria de ser solicitado esclarecimento, a fim de saber o motivo pelo qual o Processo 060.004.354/2013, que trataria de aquisição de equipamento para que a própria SES prestasse os serviços de esterilização encontra-se parado, desde 28.4.2016, sem qualquer providência.**

41. O Relator dos autos à época, i. Conselheiro Renato Rainha, por meio do Despacho Singular 138/2017-CRR (e-DOC 399D53D2, Peça 17) conheceu da peça em exame e concedeu prazo para que a SES/DF e o Centro de Esterilização do Brasil Ltda. (CEBRAS) apresentassem esclarecimentos quanto ao teor da referida Representação.

42. Após os esclarecimentos e a realização de Inspeção, adentrou Representação formulada pela Esterelize Prestação de Serviços de Esterilização Ltda., questionando sua inabilitação no Pregão Eletrônico 241/2017 (Peça 55).

43. Ao apreciar o Relatório Final de Inspeção, o Tribunal prolatou, na Sessão Ordinária 5.136, de 13/06/2019, a Decisão 2.030/2019, para, no



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

mérito, considerar parcialmente procedentes a Representação nº 13/2017-CF e aquela oferecida pela empresa Esterilize Prestação de Serviços de Esterilização Ltda.

44. Os argumentos com relação à Representação do MPC/DF e da empresa citada, foram, respectivamente, os seguintes:

26. A esta altura da marcha processual, examina-se o mérito das representações, considerando a apresentação do Relatório Final de Inspeção de peça 116.

27. O referido relatório, ao considerar parcialmente procedentes as representações em análise, apontou encaminhamentos acerca dos seguintes aspectos:

- a) inabilitação ilegal da empresa Esterelize no PE nº 241/2017;
- b) superestimativa de quantitativos no PE nº 241/2017;
- c) pagamentos sem o devido detalhamento dos serviços prestados;
- d) habilitação da empresa CEBRAS para executar o Contrato nº 69/2016 sem a demonstração do saneamento de impropriedades verificadas anteriormente;
- e) problemas na execução do Contrato nº 69/2016;
- f) ausência de estudo apto a demonstrar que o método de esterilização adotado no PE nº 22/2018 é mais vantajoso técnica e economicamente;
- g) não observância do princípio da segregação das funções na execução da DL nº 61/2016.

28. Assim, foram propostas determinações à jurisdicionada, bem como a audiência de diversos responsáveis.

29. O MPC, por intermédio do Parecer nº 203/2019 – CF (peça 131), da lavra da Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, convergiu para as propostas alvitadas pela Unidade Técnica, acrescentando as seguintes irregularidades:

- a) superestimativa de valores no PE nº 241/2017;
- b) superestimativa de quantitativos e valores na DL nº 122/2017;
- c) retardamento de procedimento licitatório, que culminou na celebração, por dispensa de licitação, do Contrato nº 069/2016-SES;
- d) manipulação inadequada na indicação de programas de trabalho.



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

30. Ao compulsar os autos, com as devidas vênias ao MPC, avalio como mais adequado o encaminhamento proposto pela Unidade Técnica, com ajustes e acréscimos que apresento na sequência.

31. Trato, inicialmente, da inabilitação da empresa Esterelize no PE nº 241/2017, apontada como ilegal pela Unidade Técnica e pelo Parquet.

32. Quanto ao tema, verifico que a causa da inabilitação, qual seja a não observância o disposto no item 11.4, II, “c1” do Edital1 , além de ofender ao § 5º do art. 30 da Lei nº 8.666/93, cria restrição sequer prevista nas normas técnicas que regem os serviços em voga.

33. Dessa forma, ante à restrição indevida do certame, devem os responsáveis serem chamados em audiência, nos moldes sugeridos na Matriz de Responsabilização de peça 115.

34. No que diz respeito aos preços do PE nº 241/2017, com as devidas vênias ao Parquet, avalio que o encaminhamento alvitado pela Unidade Técnica, que não identificou indício de sobrepreço, é o que deve prosperar.

35. Nesse sentido, convém ressaltar que as referências utilizadas pelo MPC, mormente o fracassado PE nº 31/2017, não tem o condão de representar o mercado local e, portanto, não são aptas a materializar sobrepreços ou jogos de planilha.

36. Relevante destacar que a Instrução apontou redução de 25% nos custos, quando comparados com os valores ajustados do Contrato nº 69/2016, e que, ante a reconhecida dificuldade de obterem referências de objeto similar, a metodologia adotada para cálculo do valor referencial mostrou-se compatível com o Regulamento de Contratações da SES/DF, estabelecido pelo Decreto nº 36.220/2014, vigente à época da contratação.

37. Ainda sobre os preços, malgrado o MPC não tenha obtido êxito em evidenciar qualquer jogo de planilha no caso concreto, verifico, em tese, que editais nos moldes daquele que originou a contratação em análise podem dar azo a esse tipo de prática, sobretudo pela ausência de critérios de aceitabilidade de preços unitários.

38. A esse respeito, se por um lado é certo que a Lei nº 10.520/2002 não faz essa exigência, por outro convém ressaltar que a evolução dos objetos que podem ser licitados mediante pregão, superando a intenção original do legislador (produtos de prateleira, com mercado difuso), exige do gestor maior cautela,



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

podendo-se fazer uso subsidiário do art. 40, X, da Lei nº 8.666/1993, in verbis:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

39. No caso das contratações do serviço de reproprocessamento de materiais médico-hospitalares termossensíveis, em que se contratam diversos itens por preço global de um mercado altamente concentrado, o que foge da essência do pregão, entendo que a estipulação de critérios de aceitabilidade de preços unitários é medida que atua a favor do princípio da economicidade, de modo a evitar o famigerado jogo de planilhas.

40. Assim, avalio que deve o Tribunal, em adendo às propostas sugeridas pela Unidade Técnica, recomendar à SES que doravante, em contratações de serviços de reproprocessamento de materiais médico-hospitalares termossensíveis, ao optar pela modalidade pregão, estipule critérios de aceitabilidade de preços unitários, em utilização subsidiária do art. 40, X, da Lei nº 8.666/1993.

41. Outro aspecto relevante a ser observado no tocante aos preços pactuados foi a redução de 38% entre os valores obtidos após a negociação e o orçamento da Administração.

42. Em um primeiro momento, tal dado indica grande sucesso do procedimento licitatório. Numa análise mais aprofundada, no entanto, e quando se considera que o preço da Administração foi formado mediante consulta às 4 (quatro) licitantes, únicas prestadoras do serviço na praça, o que se observa é uma elevada assimetria de informações ocasionada pela concentração do mercado.



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

43. Nesse sentido, inclusive, a Unidade Técnica atribuiu a atípica “economia” de 38% em um pregão à participação de uma nova licitante.

44. Dessa forma, em que pese não terem sido identificadas falhas na formação do preço de referência frente ao Decreto nº 36.220/2014, avalio ser de bom alvitre que se recomende à SES que, doravante, em contratações de serviços de reprocessamento de materiais médico-hospitalares termossensíveis, busque aferir os preços de mercado de modo diverso da pesquisa com fornecedores, valendo-se das demais possibilidades previstas no art. 4º do Decreto nº 39.453/2018, tendo em vista a assimetria de informações propiciada pela concentração do mercado.

45. No que diz respeito à superestimativa de quantitativos do PE nº 241/2017, conquanto reste evidenciado que os valores estimados não guardam correlação com as demandas da jurisdicionada, sendo sobremaneira maiores do que os quantitativos executados, avalio que a audiência dos responsáveis não é o encaminhamento mais adequado para sanear a falha.

46. Nesse sentido, cabe ressaltar que tal falha vem se mostrando sistêmica no âmbito da SES (eg. Processos nº 35.253/2015 e 32586/2016) e que, ante a ausência de evidência de sobrepreços e de restrição à competitividade, ela não acarretou consequências danosas ao erário, uma vez que os pagamentos dos serviços consideram o que foi efetivamente executado.

47. Assim, avalio que uma deliberação com efeitos prospectivos, no sentido de se determinar à SES que ajuste os quantitativos estimados às demandas reais, tem maior efeito na resolução da impropriedade.

48. Finalizando a análise relativa ao PE nº 241/2017, tendo em vista que o certame já produziu efeitos maiores, havendo contrato em andamento com a empresa F.B.M, avalio, em harmonia com a Instrução, que ações do Controle Externo com vistas a mitigar a restrição indevida verificada não atenderiam ao interesse público, cabendo transcrever o seguinte trecho do Relatório de Inspeção:

apesar da inabilitação da empresa Esterilize e de indícios de superestimativa nos quantitativos, alguns aspectos preponderaram para que não fosse proposto, conforme requerido pelo Parquet, a anulação do certame: não há elementos suficientes para afirmar que esses quantitativos



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

restringiram a competitividade; o Pregão foi realizado por Sistema de Registro de Preços, somente sendo pago o que for realizado; o Contrato nº 68/2018 já foi celebrado; a última contratação regular ocorreu em 2010; o valor ora ajustado contempla significativa redução em relação às demais contratações; o TJDF tem tornado sem efeito decisões dessa Corte no sentido de suspender/anular ajustes em execução; e a Lei nº 13.655/2018 alerta para que não sejam tomadas decisões que possam trazer ônus ou perdas excessivas para as partes.

49. Não obstante, as falhas identificadas na condução do PE nº 241/2017 poderão ser saneadas em certame futuro, sendo relevante a sugestão da Unidade Técnica para que a jurisdicionada dê tratamento prioritário para a abertura de novo procedimento licitatório regular visando corrigir as falhas apontadas na Inspeção, antes que ocorram prorrogações do Contrato nº 68/2018.

50. Passando à análise da Dispensa de Licitação nº 122/2017, que originou o Contrato nº 97/2017, verifico que os preços pactuados são similares ao do Contrato nº 68/2018 e inferiores aos dos ajustes anteriores.

51. Nesse sentido, cabe afastar a alegação de sobrepreço feita pelo Parquet pelos mesmos motivos delineados no parágrafo 35 deste Voto, que afastou as evidências trazidas a lume pelo MPC para apontar preços elevados no Contrato nº 68/2018.

52. No que diz respeito à sugestão da Unidade Técnica no sentido de determinar à SES a comprovação de que pelo menos três empresas distintas receberam comunicação notificando a abertura da dispensa, avalio que tal medida não deve prosperar.

53. Isso porque considero que a publicação no DODF do ato convocatório supre eventual ausência de comunicação direta às interessadas, no que diz respeito à impessoalidade e à publicidade.

54. No tocante aos pagamentos realizados entre 2016 e 2017 às empresas CEBRAS e FBM, verifico que a Unidade Técnica pontuou que apenas para a nota fiscal nº 80 emitida em razão do Contrato Emergencial nº 69/2016, relacionada aos serviços prestados no mês de outubro de 2016, foi constatado o detalhamento dos serviços prestados, consoante estabelece o art. 61, parágrafo único, inc. III, do Decreto nº 32.598/2010, reiterado pela Decisão nº 1696/2014.



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

55. Assim, é pertinente o chamamento da executora do ajuste para que apresente razões de justificativa em face do atesto das demais notas fiscais sem a apresentação detalhada dos materiais utilizados.

56. Ainda, convém ressaltar que os pagamentos realizados à empresa F.B.M, questionados na exordial, ocorreram em razão do Contrato nº 09/2010, que já vem sendo analisado no bojo do Processo nº 9.006/2017.

57. A respeito da habilitação da empresa CEBRAS na DL nº 61/2016, destaca-se que ela ocorreu sem a demonstração do saneamento de não conformidades apuradas outrora em visita técnica.

58. Tal falha, conforme bem assentado pela Unidade Técnica, acarretou problemas na execução do Contrato nº 69/2016, cabendo ressaltar os seguintes: não disponibilização de profissional habilitado para conferência dos produtos coletados, descumprimento do prazo de 72 horas para devolução do material esterilizado e ausência de caixas extras para guarda e transporte de material.

59. Dessa forma, devem ser chamadas em audiência as responsáveis pela mencionada habilitação.

60. Ainda a respeito do Contrato nº 69/2016, verifico que o princípio da segregação de funções foi desrespeitado, na medida em que a executora central do ajuste foi a mesma pessoa que autorizou a contratação, o que também enseja audiência da responsável.

61. Passando à análise da aquisição de equipamentos para tornar a SES autossuficiente no tocante aos serviços em análise, identificou-se que houve andamento no PE nº 22/2018, visando a aquisição de 19 autoclaves a vapor, 16 autoclaves híbridas e 22 lavadoras termodesinfetadoras, acompanhado por essa Corte no âmbito do Processo nº 3.305/2018.

62. No entanto, não se identificou nos autos a realização de estudo que demonstre que o método de esterilização proposto no referido certame é mais vantajoso, tanto em termos técnicos quanto econômicos, o que enseja justificativas por parte da jurisdicionada.

63. Quanto ao retardamento de procedimento licitatório, que culminou na celebração, por dispensa de licitação, do Contrato nº 069/2016, malgrado tenham sido evidenciadas falhas administrativas que impediram a conclusão tempestiva do



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

certame regular, avalio que o encaminhamento de audiência proposto pelo MPC não é adequado, acolhendo, como justificativas, as seguintes conclusões da Unidade Técnica:

dado que não se consegue identificar responsáveis específicos; que essa questão tem caráter generalizado, no âmbito da SES/DF; que este Relatório contempla a análise de ponto mais objetivo acerca do tema (item IV.4.1); que os autos contemplam achados mais relevantes, passíveis de penalidade; e de modo a evitar transtorno processual, sem resultado efetivo, deixamos de propor medidas acerca desse tópico.

64. Passando à manipulação inadequada na indicação de programas de trabalho aventada pelo Órgão Ministerial, avalio, em harmonia com a Unidade Técnica, serem pertinentes os esclarecimentos prestados pela jurisdicionada.

65. Em síntese, a argumentação apresentada pela Diretoria Executiva do FSDF afirma que o Contrato nº 09/2010 vinha sendo executado no programa de trabalho “10.302.0400.2145.0002 – execução de contratos para prestação de serviços de manutenção de equipamentos” e, a partir do PPA 2012/2015, foi migrado para “10.302.6202.2885.002 – manutenção de máquinas e equipamentos médico-hospitalares”, por ter descrição similar à do anterior e de modo a manter a classificação originária.

66. Já para o certame regular, o FSDF entendeu que o programa de trabalho “10.302.6202.4205.0001 – desenvolvimento de ações de atenção especializada em saúde” seria o mais adequado.

67. Com efeito, verificou-se que os Contratos nº 69/2016, 97/2017 e 68/2018, tiveram seus empenhos emitidos com base no último programa de trabalho mencionado, situação distinta da verificada na continuidade do Contrato nº 09/2010.

68. Dessa forma, não há evidências de que tal alteração tenha ocorrido com objetivo deliberado de frustrar o procedimento licitatório regular.

69. Por fim, no que diz respeito aos demais aspectos das Representações, para os quais não foram sugeridos encaminhamentos, adoto como razões de decidir os termos convergentes do Relatório Final de Inspeção nº 2.2020.18 e do Parecer nº 203/2019 – CF.

45. O TCDF considerou, portanto, como ilegal a inabilitação da empresa Esterilize Prestação de Serviços de Esterilização Ltda. No entanto, a



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

solução alvitrada pelo c. TCDF não tocou na nulidade contratual, mas sim em procedimentos futuros para a solução da questão (Decisão nº 2.030/2019, multicitada).

46. O TCDF também determinou que a SES desse tratamento prioritário para a abertura de novo procedimento licitatório regular visando corrigir as falhas apontadas no relatório do Relator, inclusive no que diz respeito à estimativa de quantitativos, antes que ocorram prorrogações ao Contrato nº 68/2018.

47. Nesse intervalo, em 17/06/2019, a Esterelize Prestação de Serviços de Esterilização Ltda. apresentou nova Representação, com pedido de cautelar, para que a SES/DF fosse compelida a celebrar contrato emergencial com a Peticionante, mantidas as condições do Contrato nº 68/2018.

48. Mas **houve a renovação do Contrato nº 68/2018 pela SES/DF com a FBM Indústria Farmacêutica Ltda, por mais 12 (doze) meses a contar de 25/06/2019**, conforme publicado no DODF 124, de 04/07/2019, página 261. **Isso quer dizer que o contrato em tela está para expirar!**

49. O **Processo nº 9.197/2017**, todavia, não possuem decisão recente, tendo sido proferido o Parecer 778/19 pelo Gabinete do atual PGC/DF, Dr. Marcos Felipe, em substituição a esta Procuradora.

50. A situação pode ser resumida do seguinte modo.

51. Não há notícias de novo procedimento licitatório.

52. A empresa FBM, CNPJ 02.060.549/0001-05, vem prestando referidos serviços há 11 anos, tendo recebido a cifra abaixo informada:

TIPO CONTRATO	DE	NOTA DE EMPENHO	DE	VALOR	PROCESSO	TOTAL ACUMULADO
DISPENSA 004/09		2009NE00040		491.907,50	060.006.416/2008	491.907,50
Contrato 004/09		2009NE03623		2.000.000,00	060.006.416/2008	2.491.907,50
Contrato 004/09		2009NE04676		459.519,50	060.006.416/2008	2.951.427,00
DISPENSA 040/09		2009NE05035		497.719,50	060.008.908/2009	3.449.146,50



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

 Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

PP 055/09 SEPLAG	2009NE07453	500.000,00	060.006.640/2009	3.949.146,50
Contrato 040/09	2009NE07703	856.782,16	060.008.908/2009	4.805.928,66
Contrato 040/09	2009NE08741	595.619,91	060.008.908/2009	5.401.548,57
PP 055/09	2010NE01001	506.195,56	060.006.640/2009	5.907.744,13
Contrato 09/10	2011NE01028	877.405,64	060.001.200/2011	6.785.149,77
09/10	2011NE02817	5.419.889,86	060.001.200/2011	12.205.039,63
09/10 2º TA	2011NE06609	210.000,00	060.001.200/2011	12.415.039,63
	2012NE00294	1.087.669,65	060.001.200/2011	13.502.709,28
09/10 3º TA	2012NE03213	4.768.353,03	060.001.200/2011	18.271.062,31
09/10 4º TA	2013NE00538	727.203,24	060.006.640/2009	18.998.265,55
	2013NE03968	3.220.186,45	060.006.640/2009	22.218.452,00
09/10	2014NE00872	263.302,43	060.006.640/2009	22.481.754,43
09/10	2014NE06370	636.514,17	060.006.640/2009	23.118.268,60
09/10	2014NE06390	61.461,57	060.006.640/2009	23.179.730,17
09/10	2014NE06392	225.743,80	060.006.640/2009	23.405.473,97
09/10	2015NE00973	2.668.979,82	060.006.640/2009	26.074.453,79
09/10	2015NE04599	1.926.551,64	060.006.640/2009	28.001.005,43
09/10	2016NE02729	173.002,36	060.006.640/2009	28.174.007,79
09/10	2016NE02840	85.118,49	060.006.640/2009	28.259.126,28
PAGTO INDENIZATÓRIO	2016NE02841	450.510,79	060.002.496/2015	28.709.637,07
PAGTO INDENIZATÓRIO	2016NE03941	435.410,35	060.002.496/2015	29.145.047,42
PAGTO INDENIZATÓRIO	2016NE05234	285.467,80	060.002.496/2015	29.430.515,22
PAGTO INDENIZATÓRIO	2016NE05946	900.000,00	060.002.496/2015	30.330.515,22
PAGTO INDENIZATÓRIO	2017NE03941	749.421,64	00000- 0060004509/2014- 00	31.079.936,86
PAGTO INDENIZATÓRIO	2017NE09834	74.824,89	00060- 0000001286/2017- 00	31.154.761,75
Contrato 097/17	2018NE02679	841.780,00	00060- 0000001286/2017- 00	31.996.541,75
PE 241/17	2018NE04107	869.839,23	00060- 0000079992/2018-	32.866.380,98



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

			11	
Contrato 068/18	2019NE00507	67.810,05	00060-0000079992/2018-11	32.934.191,03
Contrato 068/18	2019NE02366	55.421,84	00060-0000007992/2018-11	32.989.612,87
Contrato 068/18	2019NE03152	690.488,68	00060-0000079992/2018-11	33.680.101,55
Contrato 068/18	2019NE05080	289.037,61	00060-0000079992/2018-11	33.969.139,16
Contrato 068/18	2019NE10040	534.000,00	00060-0000079992/2018-11	34.503.139,16
Contrato 068/18 1º TA	2020NE02209	442.554,26	00060-0000079992/2018-11	34.945.693,42
Contrato 068/18 1º TA	2020NE04112	140.296,65	00060-0000079992/2018-11	35.085.990,07
TOTAL				35.085.990,07

53. Assim, mesmo tendo sido entendido que houve irregular inabilitação da Esterilize que oferecera o valor de R\$ 1.689.990,00 contra R\$ 1.691.000,00 ofertado pela FBM, essa continua na liderança dos referidos serviços, salvo no curto período em que se operou a dispensa em favor da CEBRAS, contratada por dispensa de licitação no período de 24/08/2016 a 31/12/2016.

54. Além disso, sobre o **Processo 060.004.354/2013**, que trataria de aquisição de equipamento para que a própria SES prestasse os serviços de esterilização encontra-se parado, desde 28.4.2016, e não se tem notícias de ter merecido o devido encaminhamento.

55. Visto isso, passa-se à análise do presente processo, autuado, para abrir a análise do item V, da Decisão 2030/19, isto é, a apresentação de razões de justificativa.



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

56. Como se viu, após a realização de inspeção e de o TCDF proferir a Decisão 2030/19, a matéria foi dividida em duas partes. O processo originário continuou tratando da contratação em si, enquanto o presente cuida da audiência dos responsabilizados pelas irregularidades detectadas na inspeção realizada.

As irregularidades foram assim pontuadas:

- 1) inabilitação ilegal da empresa Esterilize no âmbito do PE 241/2017;
- 2) atesto da prestação de serviços referentes ao Contrato 69/2016 sem a apresentação detalhada dos materiais termossensíveis reprocessados;
- 3) habilitação da empresa CEBRAS, no âmbito da DL 61/2016, sem que tenha ficado demonstrado o saneamento das não conformidades identificadas antes da celebração do Contrato nº 69/2016, o que deu azo a falhas na execução do ajuste; e
- 4) indicação, como Executora Central do Contrato nº 69/2016, da mesma pessoa que havia autorizado a contratação da empresa CEBRAS.

57. Com relação à primeira irregularidade, os responsabilizados foram:

- 1) Marcelo Moreira Corgozinho (Matrícula 1672972-2);
- 2) Tatiana Camila Castro e Souza (Matrícula 171469-4); e
- 3) Josethe Rose da Silva Gonçalves (Matrícula 134.495-1).

58. No tocante à segunda, recaiu sobre Alessandra Aparecida Borges (matrícula 171.358-2).

59. Já a terceira irregularidade foi imputada à Alessandra Aparecida Borges (matrícula 171.358-2) e à Joseete Mendonça Mesquita dos Anjos (Diretora da Diretoria de Enfermagem).

60. A última delas foi dirigida à Joseete Mendonça Mesquita dos Anjos (Diretora da Diretoria de Enfermagem).

61. Compulsando as duas Informações que examinaram as defesas, constata-se que, no que se refere à primeira irregularidade, a Informação



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

13/2020 encaminhou pela improcedência das alegações, enquanto a Informação 21/2020 propôs tornar sem efeito a audiência efetivada com nova audiência nos termos específicos da Matriz de Responsabilização, tendo em conta possível inobservância ao direito do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

62. Essa constatação decorreria da falta de citação à irregularidade que se refere à exigência abusiva de requisitos para habilitação de empresa no processo de licitação, em afronta ao art. 30, § 5º da Lei Federal 8666/1993.

63. Ocorre, todavia, que, à vista da defesa apresentada, observa-se a abordagem do tema, *verbis*:

Dessa forma, os testes de controle de qualidade se tornaram exigências editalícias por se tratarem que requisitos de segurança para o paciente que irá utilizar os materiais reprocessados, e pelos profissionais da saúde que manipularão os materiais durante o cuidado dispensado aos usuários da Rede SESDF. Assim, as orientações para classificar ou desclassificar uma empresa e fundamentado no edital do certame que contém as especificações de natureza técnica específicas ao método reprocessamento e esterilização de materiais hospitalares termossensíveis.

Como descrito anteriormente, a Empresa Esterilize apresentou os testes de Endotoxina Bacteriana (realizados pelo Laboratório Controlbio - credenciado pela ANVISA/MS), mesclados juntamente como os testes residuais do óxido de etileno (**testes que não foram realizados por laboratório credenciado, bem como foram atestados apenas por profissional da própria empresa Esterilize**). Dessa forma, após reanálise dos testes residuais colocados pela empresa Esterilize de forma desordenada, desorganizada e mesclada com os Testes de Endotoxina, a Diretoria de Enfermagem (DIENF) revisou o parecer técnico desclassificando a Empresa Esterilize Prestação de Serviços de Esterilização.
(Grifos do original)

64. Como se vê, o assunto foi tratado pela defesa e inclusive com destaque.

65. Nesse sentido, não há qualquer prejuízo aos defendentes e o



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

exame promovido pelo ACE merece acolhida.

66. Da mesma forma, a análise do ACE, sobre atesto da prestação de serviços referentes ao Contrato 69/2016 sem a apresentação detalhada dos materiais termossensíveis reprocessados, deve prevalecer, pois assevera que *“a manifestação demonstra hesitação quando, primeiramente, informa que procedia à revisão dos termos prolatados pelos executores locais, no entanto, devido ao volume das notas fiscais em cada hospital, limitava-se a acatar o relatório circunstanciado expedido pelos mesmos, sem adentrar aos termos dessa conferência, deixando de firmar entendimento que aquilo que era remetido à liquidação e ao pagamento gozavam do pressuposto de corresponderem efetivamente às variáveis reveladoras da adequada execução contratual, demonstrando insegurança quanto aos procedimentos próprios de fiscalização do ajuste”*.

67. Já com relação à habilitação da empresa CEBRAS, no âmbito da DL 61/2016, sem que tenha ficado demonstrado o saneamento das não conformidades identificadas antes da celebração do Contrato nº 69/2016, o que deu azo a falhas na execução do ajuste, o encaminhamento proposto pela Informação 21/2020 é consentâneo com a jurisprudência do TCU consignada, que responsabiliza o signatário de parecer técnico que induz o gestor a praticar ato irregular.

68. Por último, no tocante à indicação, como Executora Central do Contrato 69/2016, da mesma pessoa que havia autorizado a contratação da empresa CEBRAS, a Informação 21/2020 aponta que, na verdade, a executora não autorizou a contratação e sim elaborou parecer no âmbito da Gerência de Assistência de Enfermagem. Além disso, não obstante reconhecer o entendimento dos órgãos de Controle Federal e Distrital, com fundamento no Regimento Interno da SES e no Decreto Distrital 32598/2010, que trata da designação do executor de contrato, defende o provimento da defesa.

69. Nesse ponto, rememora-se o que fora consignado no Parecer 1075/17-CF:

51. Todavia, entendemos ainda que o fato de executora central do contrato ter sido também a responsável pelo parecer no âmbito da Gerência de Assistência de Enfermagem, fere o princípio da segregação das funções.

52. Vejamos que a jurisprudência do TCU é clara no sentido de que deve-se evitar que o servidor que atua na licitação seja



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

também o executor do contrato:

Acórdão 747/2013-TCU-Plenário

9.1.5. promova a segregação de funções, quando da realização dos processos de aquisição de bens e serviços, em observância às boas práticas administrativas e ao fortalecimento de seus controles internos, de forma a evitar que a pessoa responsável pela solicitação participe da condução do processo licitatório, integrando comissões de licitações ou equipes de apoio nos pregões.

Acórdão 5.840/2012-TCU-2ª Câmara

9.6.7. deve-se evitar a nomeação de mesmos servidores para atuar, nos processos de contratação, como requisitante, pregoeiro ou membro de comissão de licitação, fiscal de contrato e responsável pelo atesto da prestação de serviço ou recebimento de bens, em respeito ao princípio da segregação de funções.

Acórdão 38/2013-TCU-Plenário

9.2.1 estabeleça critérios para seleção dos servidores que recebem e atestem bens e serviços, de forma a evitar que eles exerçam outras atividades incompatíveis, tais como ordenador de despesa, pregoeiro, membros das comissões de licitação e responsável pelo almoxarifado.

Acórdão 2.507/2007-TCU-Plenário

5.2 [...] as pessoas incumbidas das solicitações para aquisições de materiais e serviços não sejam as mesmas responsáveis pela aprovação e contratação das despesas.

Acórdão 3.067/2005-TCU-1ª Câmara

1.7 observe o princípio contábil e administrativo da Segregação das Funções com adoção de controles que impeçam a possibilidade de um mesmo servidor atuar como fiscal e executor em um mesmo contrato.

53. Deste modo, a SES também deve apresentar esclarecimentos quanto a essa irregularidade.

70. Como se vê, a irregularidade foi apontada com base em sólida jurisprudência anterior ao fato sob exame.

71. A respeito da impropriedade constante da Decisão 2030/19, ao se referir à pessoa que havia autorizado a contratação da empresa CEBRAS, em nada prejudicou a defesa, mesmo porque a própria defendente trata dessa



MPC/DF

Proc.: 14190/2019

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

forma, repare:

“Considerando o trecho extraído da CARTILHA DO EXECUTOR DE CONTRATO torna-se compreensível que a indicação como executora central do contrato no 69/2016 da mesma pessoa que havia autorizado a contratação da empresa CEBRAS feita pela Sra. Joseete Mendonca ocorreu estritamente em respeito e atendimento as normas publicadas do órgão. Simplesmente os fatos por si justificam a prática do ato e a solução adotada”.

72. Afora isso, se houvesse qualquer dúvida a respeito, seria um erro plenamente sanável por embargo de declaração.

73. Nesse sentido, sobre este ponto a Informação 13/2020 caminhou bem ao considerar improcedente a defesa e ainda consignar:

In casu, pesa-lhe desfavoravelmente incremento que se associa à participação do processo de contratação, como já tratado no primeiro tema, sobretudo porque realizou ato questionável, ao não ter tido a cautela de promover imediato saneamento diante de constatação de mácula comprometedora da prestação do serviço, a par da prerrogativa de interferir no processo de fiscalização contratual.

74. Por fim, a proposta da circularização das notas fiscais que deram suporte à liquidação da despesa do Contrato 69/2016, apresenta-se pertinente para que se possa concluir com fundamento sobre possíveis falhas na execução do ajuste.

75. Nessas circunstâncias, esta Procuradora acolhe a proposta do ACE, mediante Informação 13/2020, exceto com relação ao item “II.b”.

É o parecer.

Brasília-DF, 15 de junho de 2020.

**CLAÚDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
PROCURADORA**